

EDUCAÇÃO E O USO do tempo



Distribuição gratuita • Venda proibida

LUIZ FLÁVIO NEUBERT
FERNANDO TAVARES JÚNIOR

Série Gestão e Avaliação da Educação Pública



EDUCAÇÃO E O USO *do tempo*

Organizadores
LUIZ FLÁVIO NEUBERT
FERNANDO TAVARES JÚNIOR

Projeto CAEd/Fadepe/JF



Juiz de Fora
2018



Copyright © 2018 por Luiz Flávio Neubert e Fernando Tavares Junior.
Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico, mecânico, inclusive por meio de processos xerográficos, incluindo ainda o uso da internet, sem a permissão expressa da CAEd/FADEPE/UFJF, na pessoa de seu editor (Lei nº 9.610, de 19.2.98).

Série:	Educação e o Uso do Tempo
Volume:	3
Primeira edição:	2018
Arte da capa:	Wedologos (Stefânia Balzano)
Revisão e Editoração:	Sílvia Regina Costa Dias
Projeto gráfico e diagramação:	Wedologos (Stefânia Balzano)
Impressão:	Olps Gráfica - Juiz de Fora (MG)

CIP BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE

Todos os direitos reservados, no Brasil à
CAEd / FADEPE / UFJF
OBEDUC

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil, ao qual os organizadores agradecem, em primeiro lugar. Contou ainda com o apoio do PNPd/CAPES ao Prof. Fernando Tavares Jr., coordenador do Grupo de Pesquisas junto com o professor Luiz Flávio Neubert., para finalização da obra como parte das atividades do estágio de pós-doutorado no PPGE-UFRJ, no âmbito do Laboratório de Pesquisa em Oportunidades Educacionais (LaPOpE). Foi o fomento proporcionado ao Projeto “Determinantes do Sucesso Educacional no Brasil”, aprovado no Edital 049/2101 que tornou possível a pesquisa “Educação e Usos do Tempo” em Juiz de Fora (MG, Brasil), principal objeto desta obra. Tal iniciativa incitou não somente a produção acadêmica como, também, a formação de alunos de graduação, pós-graduação e profissionais que atuam na educação básica da rede pública de ensino brasileiro.

Agradecemos também aos colegas do Grupo de Pesquisas em “Equidade, políticas e financiamento da Educação Pública”, aos bolsistas de graduação e pós-graduação envolvidos ao longo dos vários anos de projeto, aos gestores e professores que colaboraram na realização das pesquisas. O trabalho aqui iniciado servirá de referência para futuras empreitadas na Sociologia da Educação brasileira. Agradecemos especialmente às comunidades escolares, seus alunos e respectivos responsáveis, aos professores das escolas municipais, servidores e todos que conosco aceitaram participar da pesquisa como atores centrais deste processo.

Por fim, agradecemos honrosamente à Profa. Dra. Neuma Aguiar, Professora Emérita da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisadora brasileira responsável por introduzir o debate sobre usos do tempo, qualidade de vida e desigualdades sociais em nossa sociedade.

Os autores

“Agora é dia feito e de repente de novo domingo em erupção inopinada. Domingo é dia de ecos — quentes, secos, e em toda parte zumbidos de abelhas e vespas, gritos de pássaros e o longínquo das marteladas compassadas — de onde vêm os ecos de domingo? Eu que detesto domingo por ser oco. [...] Fico dormitando no calor estivo do domingo que tem moscas voando em torno do açucareiro. Alarde colorido, o do domingo, e esplendidez madura. E tudo isso pinte há algum tempo e em outro domingo. E eis aquela tela antes virgem, agora coberta de cores maduras. Moscas azuis cintilam diante de minha janela aberta para o ar da rua entorpecida. O dia parece a pele esticada e lisa se uma fruta que em uma pequena catástrofe os dentes rompem, o seu caldo escorre. Tenho medo do domingo maldito que me liquifica.”

(Clarice Lispector)

“Terminada a criação, no sétimo dia Deus descansou e à criatividade religiosa seguiu-se a cria-

tividade laica. A partir do oitavo dia, o homem continuou por conta própria e sem pausa o empreendimento criativo, transformando o mundo com métodos que são progressivamente transformados com o transformar da experiência, da instrução, dos materiais, dos instrumentos de cálculo e de transporte.”

(Domenico de Masi)

“Mas não se deve esquecer que o primeiro ser humano a viver com o tempo todo subdividido foi (na Idade Média) o monge, e o toque dos sinos da igreja era para servir primeiro à sua necessidade de fracionar o tempo.”

(Max Weber)

*“Compositor de destinos,
Tambor de todos os ritmos,
Tempo, tempo, tempo, tempo.
Entro num acordo contigo,
Tempo, tempo, tempo, tempo.
Por seres tão inventivo,
E pareceres contínuo,
Tempo, tempo, tempo, tempo.
És um dos deuses mais lindos,
Tempo, tempo, tempo, tempo.”*

(Caetano Veloso)

Apresentação

Estudos de usos do tempo fornecem ferramentas e evidências de como a vida cotidiana é estruturada por múltiplas temporalidades. No dia-a-dia de cada indivíduo entrelaçam-se, de um lado, as demandas temporais de sua constituição biológica e da natureza que o cerca e, de outro, das instituições sociais, de suas preferências e aptidões pessoais. É no ambiente escolar que encontramos um dos exemplos mais claros da presença dessa múltipla determinação do tempo. Nele se entrelaçam tempos e ritmos distintos que organizam a vida de estudantes, professores, diretores e outros membros do sistema escolar. O dia-a-dia dos estudantes, enquanto foco principal do sistema educacional, pode ser influenciado por pelo menos três grandes blocos de tempo:

- o tempo institucional: da definição dos horários, da organização do calendário, dos professores, etc.
- o tempo familiar: que o influencia jovem através da disponibilidade de recursos socioeconômicos e de tempo dos pais para participar da vida escolar dos filhos, e cujo efeito prático se reflete no desempenho escolar;
- o tempo dos alunos, estruturado tanto por preferências e atitudes pessoais, quanto pelos ritmos próprios da infância e adolescência, que estimulam comportamentos específicos e preferências compartilhadas.

Essas dimensões temporais se confundem e é este entrelaço de tempos é que organiza o cotidiano dos estudantes, seja estrangendo e controlando – através da imposição de horários, rotinas fixas, etc. –, seja proporcionando tempos para criatividade e desenvolvimento pessoal. E é só através do entendimento desse cotidiano complexo que políticas educacionais podem se tornar mais efetivas num país de desigualdades educacionais tão elevadas.

É neste contexto analítico que se enquadra este livro organizado por Luiz Flávio Neubert e Fernando Tavares Júnior, no qual apresentam o projeto piloto desenvolvido por eles para analisar os usos do tempo de estudantes de escolas públicas de Juiz de Fora. O projeto visa a consolidação de uma estratégia de coleta de dados de usos do tempo entre estudantes e professores capaz de compreender como a pluralidade de tempos influencia o desempenho educacional.

O projeto vem sendo muito bem-sucedido em pelo menos três frentes: na implementação de uma estratégia de coleta de dados de usos do tempo em escolas; no treinamento de alunos de estudantes de graduação e pós-graduação sobre boas práticas de condução de pesquisas sociológicas; e na produção de bancos de dados contendo informações que articulam os usos do tempo dos estudantes e professores a diversas dimensões sociais, entre elas, a organização da escola, as condições socioeconômicas das famílias, os hábitos cotidianos dos estudantes e seu desempenho na escola.

Vale ressaltar que o mérito dos pesquisadores é ainda maior diante da enorme dificuldade na organização e condução de pesquisas de usos do tempo – uma evidência disso é, por exemplo, a desistência do IBGE em continuar a coleta desse tipo de dados após apenas uma tentativa em algumas cidades brasileiras – este projeto piloto já se encaminha para a terceira coleta de dados e caminha para se firmar como um bom exemplo de prática de pesquisa e de resiliência em tempos de financiamento para pesquisa científica, especialmente nas ciências sociais.

Se, por um lado, o desenho atual do projeto não permite generalização dos resultados, por outro, ele incita expectativas. A primeira é a de que futuros projetos investiguem esses objetos para além de escolas municipais, o que traria maior variabilidade ao perfil (socioeconômico e de hábitos) dos estudantes, proporcionando maior volume de informações sobre a variabilidade de usos do tempo e como esta variabilidade se reflete em diversas trajetórias no sistema escolar. A segunda é a de que esses resultados inspirem outros projetos sobre o tema, por outros grupos de pesquisa ou em redes interinstitucionais, com amostras mais amplas (nacionais), o

que ampliaria o volume de informações existentes sobre a estrutura temporal do cotidiano escolar.

Arnaldo Mont'Alvão
Doutor em Sociologia
Iowa, EUA. Out/2017

Sumário

Apresentação	i
INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1 - O tempo como recurso posicional	3
Capítulo 2 - Pensar as sociedades utilizando pesquisas de uso do tempo	25
Capítulo 3 - Dois modelos de pesquisas de usos do tempo: Pesquisa em Belo Horizonte (2001) e o American Time Use Survey (ATUS)	35
Capítulo 4 - A Pesquisa “Educação e Uso do Tempo” em Juiz de Fora (2013/2015)	44
Referências Bibliográficas	65
APÊNDICE I - Exemplo de uma página do Diário Pós-codificado com intervalos de 10 minutos	70
APÊNDICE II - Exemplo de uma página do Diário Pré-codificado com intervalos de 10 minutos	71
APÊNDICE III – Comparação Internacional das Médias de Usos do Tempo (total de horas por semana) para a população adulta (18-64 anos) em 9 países	72
APÊNDICE IV - Sistema de códigos e categorias para classificação das atividades registradas nos diários de usos do tempo das pesquisas de BH (2001) e de JF (2013/2015)	73

APÊNDICE V - Exemplo de uma página de diário de uso do tempo (Pós-codificado com intervalos de 10 min.) preenchida por um aluno	74
APÊNDICE VI - Exemplo de uma página de diário de uso do tempo (Pré-codificado com intervalos de 10 min.) preenchida por um aluno	75
APÊNDICE VII - Exemplo de uma página de diário de uso do tempo (Pós-codificado com intervalos de 10 min.) codificada pela equipe da pesquisa	76
APÊNDICE VIII - Exemplo de uma página de diário de uso do tempo (Pré-codificado com intervalos de 10 min.) codificada pela equipe da pesquisa.....	77
APÊNDICE IX - Banco de episódios de usos do tempo (eixos verticais) X alunos (eixos horizontais)	78
APÊNDICE X - Banco das categorias de usos do tempo (eixos verticais) X alunos (eixos horizontais)	79
APÊNDICE XI - Banco das características socioeconômicas (eixos verticais) X alunos (eixos horizontais)	80
ANEXO I - Exemplos de questões da PNAD/IBGE (2013) sobre horas trabalhadas e sobre horas dedicadas aos afazeres domésticos por semana	81
ANEXO II - Exemplo de questões do SAEB sobre frequência das atividades cotidianas	82
ANEXO III - Exemplo de questões de uso do tempo como variável do tipo categórica no questionário do SAEB	83
Sobre o grupo de pesquisa e os autores.....	84

INTRODUÇÃO

Este livro corresponde ao registro da experiência de pesquisa de uso do tempo, voltada à área da educação, ocorrida em 2013 (com alunos de 5º e 9º Anos) e 2015 (com alunos de 9º Ano) em duas escolas municipais de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Foi elaborada e realizada pelo Grupo de Pesquisa “Equidade, Políticas e Financiamento da Educação Pública” coordenado pelo Prof. Dr. Fernando Tavares Júnior do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (DCSO/UFJF), com o apoio de recursos financeiros do Programa Observatório da Educação (CAPES/INEP), além da participação de bolsistas de graduação e de pós graduação da UFJF e de profissionais atuantes na rede municipal de ensino de Juiz de Fora.

O intuito principal foi aplicar o diário de usos do tempo, instrumento capaz de registrar informações sobre o que as pessoas fazem ao longo das 24 horas de um dia, concomitante à aplicação de testes de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, baseados na Teoria de Resposta ao Item (TRI)¹, em alunos da Educação Básica. Além disso, o mesmo diário de usos do tempo foi aplicado a professores das escolas participantes da pesquisa, entendendo que são eles os responsáveis pelo processo educacional no qual o aluno é formado.

Como um projeto piloto, a amostra de alunos e professores foi selecionada de forma que não autoriza a generalização dos resultados aqui apresentados. O intuito maior, no entanto, foi atingido, qual seja, o de elaborar os instrumentos de coleta, testá-los em grandes grupos (neste caso, de alunos e professores), organizar as estratégias de coleta na escola e as estratégias de revisão, codificação e digitação das informações registradas em bancos de dados. Também dentre as intenções

1 A TRI corresponde a uma técnica de modelagem estatística voltada à mensuração de características instrumentos específico de medida, como é o caso da proficiência em língua portuguesa e em matemática. A vantagem é garantir a comparação entre indivíduos, grupos e populações, algo que não é possível com a utilização da Teoria Clássica de avaliação da aprendizagem. A estratégia permite utilizar, portanto, uma mesma escala para todos os alunos.

realizadas está a formação de futuros pesquisadores capazes de construir e analisar bases de dados quantitativos para produzir trabalhos acadêmicos e relatórios de pesquisa que fundamentem a construção de políticas públicas educacionais no Brasil.

Este livro é composto por quatro capítulos dentre os quais os autores dedicam-se a apresentar uma discussão sobre a dimensão da temporalidade no pensamento sociológico, sobre as técnicas de coleta e modelos de pesquisa, além de apresentar no último capítulo a nossa experiência de pesquisa de usos do tempo em duas escolas de Juiz de Fora/MG. Ao final há uma lista das referências bibliográficas utilizadas pelos autores dos capítulos e, além disso, há indicações de sítios virtuais para busca e acesso a informações, bancos de dados e material publicado sobre usos do tempo.

Esperamos que este livro inspire novas ideias em seus leitores, proporcionando também um agradável e proveitoso uso do seu próprio (e precioso) tempo!

Boas leituras...

Luiz Flávio Neubert

Capítulo 1

O tempo como recurso posicional

Fernando Tavares Júnior

A forma como organizamos nosso dia, como usamos nosso tempo, afeta decisivamente nossas realizações – bem como as *não realizações*. A partir de investigações com diferentes grupos sociais, observa-se que a maneira como se gere o tempo afeta seu desempenho, seus rendimentos, sua produtividade, suas trajetórias sociais. Sua gestão, tal como com qualquer recurso, tem repercussões decisivas. O uso do tempo não só tem relação com a origem social, como também projeta hábitos referentes a uma classe de destino, o que tende a influenciar o percurso, e possível mobilidade social, de indivíduos e grupos. É um elemento central para compreensão micro sociológica de como indivíduos, famílias e/ou pequenos grupos que partilham origens sociais similares descrevem *trajetórias sociais* distintas, embora aparentemente partilhem os mesmos recursos aparentes (educação, renda, ocupação, *et all*). Logo, importa não só compreender o *tempo* como *recurso* como também compreendê-lo como *limitado*, uma vez que não se pode expandi-lo materialmente, tornando-se um *elemento escasso* e, portanto, a ser gerido e analisado como *recurso posicional*.

Tal como definido por Hirsch (1977), os bens, serviços, valores e recursos econômicos podem ser compreendidos como elementos da *economia material*, que tem seu valor derivado do uso e passíveis de produção (quase) ilimitada (como TVs ou carros). Outra parte da economia deve ser compreendida em função de seu valor de escassez, seu limite de reprodução, como altos cargos (Presidente ou Diretor), localizações privilegiadas no mercado imobiliário ou similares. O acesso restrito somado ao desejo crescente geram competição posicional e elevação do valor (inflação). Mesmo recursos outrora tidos como abundantes ou “infinitos”, como água

ou madeira nobre, são categorizados de outra forma ao considerar a relação entre a demanda (sempre crescente), a oferta (limitada) e sua capacidade de produção / disponibilização. O enquadramento de tais recursos como materiais ou posicionais é crucial para adequação de sua gestão e a capacidade de geração social de benefícios, ou seja, a preservação de seu valor de uso e a manutenção de sua disponibilidade social em padrões públicos: larga escala, amplo acesso, uso adequado, restrição de abusos ou apropriação privada deletéria ao interesse comum.

Há também conjuntos de recursos que mantêm características tanto materiais quanto posicionais, como qualificações valorizadas, expressas na forma de credenciais educacionais, habilitações restritas e/ou controladas (como mercados de trabalho com reserva de acesso por corporações, órgãos de classe ou limites regulados pelo Estado) ou talentos excepcionais / raros. Tais recursos, tais como outros similares, realizam seu papel social tanto pela capacidade que tem de gerar incremento na economia material, como bastante propagado pela Teoria do Capital Humano (i.e, SCHULTZ, 1963; BECKER, 1964) desde os anos 1960s; quanto por seu valor de escassez, seja ele gerado por restrição de acesso a determinados mercados (monopólios, controles institucionais, etc), seja por serem de fato difíceis de serem encontrados / produzidos, por dependerem de condições mais limitadas de ampliação (talentos inatos, custos de qualificação, *tempo* de formação e equipamentos necessários ao desenvolvimento de tais habilidades, etc). Recursos que se caracterizam por essa dupla valência precisam também ser analisados nessas distintas dimensões, tendo em vista sua gestão social e alcance dos resultados pretendidos.

O tempo também é um bem escasso – ele não volta e seu estoque é limitado. Daí compreendê-lo tanto como bem quanto como recurso. Para tanto, pesquisam-se diferentes grupos sociais, seu perfil, recursos e como usam o tempo, relacionando os dados com diferentes resultados alcançados, como proficiência. As informações sobre as atividades realizadas e o tempo gasto são registradas em “diários” detalhados, preenchidos em jornadas diferentes: um dia útil e um dia do fim de semana. A distinção entre a semana e o fim de semana varia consideravelmente entre classes e

grupos ocupacionais. Quanto maior o *status* ocupacional, maior a probabilidade da organização tradicional de atividades, com distinção quantitativa e qualitativa de usos do tempo entre blocos de atividade (trabalho, ócio, cuidados pessoais, relações sociais / afetivas / familiares, et al). Entre os estrados mais baixos, observa-se uma fronteira bem mais tênue entre ócio e trabalho, uma vez que muitas horas de ócio acabam sendo dedicadas a atividades derivadas ou relacionadas ao trabalho e, portanto, condicionadas por ele. Este livro dedica-se a análises desta relação entre usos do tempo, classes sociais e distintas realizações desses grupos, tendo em vista também sua capacidade de gestão do tempo e de seus limites neste processo.

Para compreender melhor este processo, este capítulo propõem uma análise conceitual do tempo como recursos escasso e, portanto, posicional. Dada a escassez de literatura em língua portuguesa dedicada a esses temas. Este capítulo objetiva também franquear o acesso de mais leitores a uma discussão internacionalmente ampla e bastante antiga, embora receba pouca atenção sociológica recente. Para tanto, propõe-se iniciar o debate com a apresentação elementar de alguns dos conceitos citados acima, como a diferenciação entre economia material e posicional, a compreensão do valor de escassez e os riscos correlatos de produção de consumo defensivo e seus derivados efeitos inflacionários.

A Economia Posicional e sua Sociologia

Foi a partir da publicação de “*Social Limits to Growth*” (1977), de Fred Hirsch, que a Sociologia passou a considerar as questões impostas pela economia posicional e seus efeitos sobre o ordenamento social. A obra é resposta a “*The Limits do Growth*” (1972), produzida por Meadows et all como um *Report* para o Clube de Roma, que discutia o crescimento mundial nos anos 1970s. A obra de Hirsch investiga as bases conceituais da moderna economia política, tratando de questões chave para o centro do capitalismo frente aos dilemas do crescimento econômico e identificando lacunas e problemas conceituais na análise precedente. O eixo do debate,

expresso no próprio título do livro, volta-se ao crescimento, seus efeitos e limites em função dos mecanismos que o caracterizaram no século XX.

Discutem-se os limites da adoção de políticas de incentivo ao crescimento e distribuição de renda via consumo, via elevação de salários e distribuição dos ganhos de produtividade, dada a herança keynesiana dados os limites intrínsecos a sua capacidade de gerar melhores condições de vida à sociedade como um todo em função dos limites de acesso a bens e serviços que não multiplicáveis a toda a sociedade. Quando se projeta que a ampliação de renda permitirá a ascensão de novas classes a um padrão de consumo e de vida antes restrito a poucos grupos, observa-se apenas uma dimensão (renda) e não se observam diversas outras dimensões do ordenamento social, como limites de produção, condições de uso, valor de escassez, determinantes inflacionários e tantas outras dimensões que caracterizam a vida moderna.

Segundo o autor, o início do problema está exatamente na “complexidade e ambigüidade parcial do conceito de crescimento econômico” (p.13)¹. A aceitação do modelo keynesiano é debatido em função de limites às suas bases teóricas que, uma vez equivocadas ou limitadas, levariam a sua crítica. O argumento se baseia em três temáticas principais: a afluência material, a distribuição de renda e a ação coletiva.

Para Hirsch, a preocupação com os limites do crescimento estava mal colocada pelo Clube de Roma e pela obra de Meadows et al (1972), uma vez que focava limites materiais (mais longevos) e não se detinha em limites imediatos, de origem social. O problema está no fato de o crescimento trazer consigo efeitos colaterais. Um dos principais problemas decorre da frustração perante as promessas das políticas de crescimento de alcançar metas na prática inatingíveis, que operariam como “propaganda enganosa”. De outro lado, a simples objetivação da afluência e suas decorrências em função da elevação do consumo trazem consigo a deterioração das condições de vida, decorrente de um lado da deterioração das condições e valores de uso e, de outro, pela crescente competição posicional que representa, ao mesmo tempo, um desperdício de recursos, uma frustração

¹ Neste capítulo, as referências diretas à obra de Hirsch, para efeitos de parcimônia, serão feitas apenas com menção à página da edição em português de 1979.

de expectativas e um processo inflacionário sobre bens escassos que tendem a manter a estrutura social.

Um argumento central para Hirsch é que o ciclo econômico da satisfação não é tão simples, sendo afetado pelas condições de uso, que, por sua vez tendem a se deteriorar à medida em que o uso se generaliza. Por exemplo, o prazer de ter um carro e dirigir diminui à medida em que o trânsito se congestiona, e a poluição e os impostos se elevam. A economia força um consumo defensivo que faz com que a sociedade passe por uma “série de transações para a realização de desejos pessoais que deixa cada indivíduo numa situação pior do que a existente quando a transação foi empreendida” (p.18). O prazer de se locomover em um carro próprio num contexto em que poucos gozam desse privilégio, o que implica em ruas livres, trânsito fluente, baixa poluição, sensação de prestígio e tantos outros elementos que caracterizam esta experiência e seu valor de uso, é completamente distinto da experiência em um contexto que em muitos tem seu carro próprio: as ruas se congestionam, o tempo para chegar de um ponto a outro eleva-se exponencialmente, há problemas de poluição, acidentes, estacionamento e tantos outros. A busca de prestígio ou distinção volta-se para o consumo de modelos que não são acessíveis a outros (valor de escassez), embora potencialmente realizem o mesmo “valor de uso” decorrente do deslocamento.

Conclui-se que a melhor solução social para o transporte urbano não será advinda apenas da afluência, derivada da elevação da renda e promotora do consumo, que leva cada indivíduo a ser capaz de / obrigado a prover e gerenciar seu próprio transporte urbano através de automóveis. Para se alcançar o objetivo material de se deslocar de forma confortável, segura e rápida em centros urbanos impõem-se o dever de articular a ação coletiva, ainda que sob restrição de liberdades individuais ou imposição de altos custos a ela. Está aí o dilema entre economia material e economia posicional, em função de seus limites sociais e necessidade de determinações políticas. A universalização de direitos não se faz via expansão do consumo, mas via produção de serviços públicos adequados, que considerem a capacidade coletiva de exercício do valor de uso.

Outro caso importante é o investimento em educação. O esforço de ampliar o acesso a níveis mais elevados de escolaridade, como forma de ascensão de camadas baixas na expectativa de que, obtendo o diploma, obteriam empregos melhores, desconsidera o efeito coletivo desse mesmo movimento. Ao ver na educação uma forma simples de equalização, não se percebe que os melhores postos de trabalho permanecerão escassos enquanto os diplomas se universalizam. Elevar-se-ão a competitividade e os critérios de seleção, exigindo-se mais escolaridade. De certa forma, o investimento feito se mostrará frustrado em seus intentos pois não realizará seus objetivos econômicos, uma vez que concomitante com a ampliação do acesso dos filhos de trabalhadores aos níveis básicos, grupos em condições de vantagem executarão *consumos defensivos* para obtenção de níveis mais elevados de escolaridade, preservando a diferença de títulos e credenciais na corrida de seleção para os melhores cargos.

Sendo assim, a competição posicional não gera realização econômica de resultados (satisfação), logo seria “antieconômica”. Entretanto, é uma competição que apresenta aspectos positivos ao elevar a eficiência da sociedade, como no exemplo da educação que tende a elevar a produtividade, a qualidade e o desempenho (p.82). Todavia, para Hirsch, isso tem que ser colocado ao lado dos ganhos sociais e “o aumento da produtividade pessoal, medido pelos rendimentos do mercado, não é acompanhado por um aumento na produtividade social” (p.78). Não cabe aqui entrar no debate específico dos ganhos sociais da elevação da escolaridade e da produtividade. Importa destacar que a universalização da educação carrega em si um elemento de frustração de sua capacidade econômica e social e de perda do poder de mercado da credencial, o que em última instância corrobora o argumento.

O mesmo se aplica ao uso do tempo. Embora aparentemente esteja disponível um estoque infinito que se renova a cada dia, dada uma mesma situação de origem social, as trajetórias sociais são grandemente influenciadas pelo uso diferenciado do tempo disponível, em especial pelo aproveitamento de oportunidades e pelo exercício de habilidades e competências (cognitivas, comportamentais, sociais, atitudinais, etc) que

diferenciam a situação dos indivíduos, inscrevendo-os em conjunturas sociais distintas. O tempo é escasso especialmente em função do desenvolvimento. Considerada a primeira infância, o desenvolvimento de múltiplas proto-habilidades e a inserção social (amizades, grupos, instituições, etc) diferenciam as crianças desde a mais tenra idade, tornando-as mais ou menos aptas ao aproveitamento de oportunidades, especialmente as educacionais, através da inserção escolar.

Daí também a consideração das *estruturas de conversão*², ou seja, oportunidades, contextos, situações, instituições que convertem determinada conjunção de habilidades potenciais ou pré-disposições (como proficiência) em capacidades produtivas valorizadas (como trabalho qualificado), que se convertem em elevação de produtividade e de renda. O mesmo se dá entre a potencial consciência política e a operação dos mecanismos democráticos: são mutuamente dependentes, se retroalimentam e operam sinergicamente para produzir o efeito social desejado. No caso do uso do tempo, o aproveitamento de oportunidades mais favoráveis, que tendem a ser também escassas, depende da forma como famílias e crianças fazem uso diferenciado do tempo disponível, preparando as gerações mais novas para se ajustarem às possíveis situações futuras que possam favorecer suas *trajetórias*.

Os exemplos acima ilustram contextos que também foram tratados na mesma época por outros autores, como Boudon (1977 e 1979) na França, quando discutiu “Os efeitos perversos e ordem social”. Retrospectivamente, a crítica à economia liberal clássica também advinha da repercussão da obra de John F. Nash (1951), matemático que trabalhou com teoria dos jogos e desenvolveu o Equilíbrio de Nash³, que demonstrou haver múltiplas situações coletivas em que nenhum ator obtém êxito alterando unilateralmente apenas sua estratégia. Apesar de os participantes não necessariamente cooperarem, é possível que a mão invisível de Adam Smith não opere o melhor resultado ao incentivar a busca individual da melhor solução. Daí a relevância de acordos plurais, ou a participação de Institui-

2 Para maior aprofundamento do conceito, vide TAVARES JÚNIOR (2000 e 2007).

3 Por este trabalho e suas repercussões, ganhou o Prêmio Nobel de Economia junto com Reinhard Selten e John Harsanyi

ções externas / reguladoras (i.e. Estado) para ordenar o campo em prol de sinergias mais produtivas. Logo, a economia e a sociedade, como exemplos de interação ampla, também dependem da articulação de estratégias individuais através da percepção de suas interações coletivas. No entanto, para efeitos dessa análise e dados os limites do escopo desta obra, nos deteremos no argumento de Hirsch, que melhor representa a tradução de tais conceitos para a análise sociológica⁴. Para o autor, o problema da competição posicional traz consigo os dilemas da coordenação da ação coletiva (política) e a necessidade de uma moral social para o bom funcionamento do mercado (ética). Seria preciso acionar mecanismos éticos e políticos para frear a competição posicional e regular a sociedade rumo a um grau ótimo de desigualdade. Ou seja, segundo Hirsch, uma vez aceito que algum grau de desigualdade é natural (p.256) e é benéfico a todos (p.250), incluindo o exercício de liberdades, é necessário pensar políticas que estejam voltadas para equilíbrios sociais através de um grau ótimo de desigualdade, limitando os prêmios (p.260-264), logo inibindo a competição posicional.

Conceitos elementares

Para compreender um pouco dos conceitos fundamentais da análise econômica, seus objetivos e sua mensuração de sucesso, vale contextualizar a discussão em torno da ainda hegemônica tradição keynesiana de estabilização, distribuição e crescimento estavam baseadas em conceitos que obscureceram a dualidade adjacente ao mercado e ao consumo. Como focadas no consumo como motor do processo (por motivar a produção e esta o emprego, etc.), não identificavam que os custos sociais e as preferências individuais não tinham como ser imediatamente repassadas aos produtores no que tange à gerência da economia posicional. Assim, a ação coletiva ficaria refém de uma moral social frágil e individualista. Logo, incapaz de indicar o melhor para a sociedade como um todo: a ação coordenada e cooperativa, junto da abstenção da competição posicional,

⁴ Para compreender e aprofundar o argumento, sugere-se a leitura de outros trabalhos produzidos sobre o mesmo tema, como TAVARES JÚNIOR (2016)

cujo risco é conduzir à ação individualista isolada, que produz o prejuízo coletivo.

Para diferenciar uma situação da outra, primeiro é preciso distinguir bens, sejam produtos ou serviços, em função de seu valor material ou posicional. O valor material é derivado do valor de uso, ou seja, o quanto determinado vale em si pelo que agrega à vida cotidianamente. Uma credencial educacional tem seu valor de uso em função de seu poder de produzir socialização (integração social, civismo, etc), de sua capacidade de agregar produtividade, resolver problemas e inovar; da habilidade de aprender novas habilidades e conteúdos (aprender a aprender) e lidar criticamente com o conhecimento e tantas outras disposições que podem ser disseminadas infinitamente. O mesmo se aplica a um meio de transporte e sua capacidade de levar cidadãos de um ponto a outro com segurança, rapidez e conforto. O valor posicional é derivado do valor de escassez, ou seja, o quão raro, escasso e desejado é o bem, o que o torna objeto de “competição”. Isso se aplica a uma localização privilegiada de um imóvel, uma obra de arte original, um cargo de direção ou presidência, uma credencial escassa. Podem ser construídas milhares de casas similares, mas não no mesmo exato lugar, por exemplo, com uma vista muito prazerosa ou uma locação privilegiada na cidade. Assim, mesmo que casas similares possam cumprir valor de uso equivalente, apenas algumas terão os benefícios derivados de seu valor de escassez. Mesmo que carros diferentes possam cumprir valor de uso similar, um carro popular tem valor muito diferente de um carro raro. Mesmo que peças de roupa como uma calça, possam cumprir valor de uso similar, a etiqueta ou grife poderá distinguir seus usuários em função do valor de escassez.

Outro conceito importante deriva do *consumo defensivo*. Quando um bem começa a ter seu acesso ampliado, os grupos em condições de vantagem buscam bens menos acessíveis para diferenciar sua posição social. Quando determinada credencial educacional (como nível médio ou diploma superior) torna-se menos escassa, grupos em vantagem buscarão credenciais mais elevadas ou diferenciar suas credenciais em função da instituição, carreira ou atributos adicionais (i.e. experiência internacional).

O mesmo se aplica a roupas, carros, moradia e outros consumos. A busca por bens escassos obviamente leva à *inflação*, porque seu valor se descola de seu valor de uso (e seus custos) e passa a derivar de seu valor de escassez e o controle (seja material ou político) dessa escassez.

Algum grau de desigualdade é aceito como natural e derivado também dos exercícios de liberdade. Logo é melhor encontrar um grau ótimo de desigualdade que favoreça ao mesmo tempo a competição positiva baseada na produtividade e na competência e também favoreça a economia dos recursos, em contraposição a uma competição negativa, baseada no consumo defensivo. O equilíbrio entre o positivo e o negativo é influenciado por outro equilíbrio: material e posicional. Entretanto, o crescimento da economia material leva sempre à ambição por bens posicionais, o que por sua vez leva à sua inflação e perda de qualidade. Os bens posicionais passam a ser gerenciados pelo mercado como num leilão, o que tende por si só à elevação do preço relativo, uma dupla inflação que beneficia quem já possuía tais bens, e à consequente redução do percentual da população com acesso a esses bens, logo à desigualdade – efeito contrário do esperado no início. Para preservar a qualidade eleva-se o preço e beneficia-se o rico (p.66). Importa destacar que dada a natureza dos bens posicionais eles não são passíveis de distribuição ampliada.

Outro caso é a perda do poder econômico de determinados bens, definido a partir da satisfação que proporcionam, decorrente da deterioração das condições de uso, como é o caso do congestionamento. A maior participação, decorrente da ampliação do consumo, “afeta não apenas o número de participantes, mas o próprio jogo” (p.62), deteriorando a qualidade e reduzindo a atração. Logo, envolve um “desperdício social potencial, na medida em que o resultado combinado da série de decisões individuais deixa todos os interessados em pior situação” (p.64).

O caso da ampliação das ofertas educacionais envolve um terceiro tipo de limite, relacionado a barreiras de seleção. Importa destacar que, em qualquer das formas, o que os “vencedores” ganham tende a ser inferior ao que os “derrotados” deixam de ganhar, fazendo com que a competição posicional venha a se tornar “um jogo de soma negativa”. A com-

petição posicional leva a desperdícios sociais e esse processo traz consigo um dilema de ação coletiva. A procura individual no setor posicional é um “guia desorientador” daquilo que os indivíduos procurariam se pudessem ver os resultados de suas escolhas combinadas e agir segundo essa visão, “pois a procura de bens posicionais busca o que não pode ser oferecido. O produto econômico que provoca sofre, portanto, de uma anomalia” (p.84).

Um bem deve ser primeiro pensado em função de seu valor de uso, não só individual e imediato, mas em função do valor de uso social, como um produto econômico ligado à satisfação de necessidades (p.85) e produção de mais qualidade de vida. Sendo assim, o consumo defensivo, derivado principalmente de gastos com bens intermediários ou produtos intermediários necessários, não realiza imediata satisfação, não seria então econômico, embora registrado como insumo na medida convencional do crescimento econômico como aumento do consumo (p.87). Dado que para o homem o supérfluo torna-se necessário, a satisfação na economia material levaria a base da sociedade à busca de bens posicionais e, em contrapartida, isso provoca uma atitude mais defensiva das camadas superiores em proteger sua posição social (p.113). A elevação do consumo material traria consigo a elevação da competição posicional que, por sua vez, faz com que o “progresso econômico se pareça com uma dessas corridas simuladas que deixam os participantes no mesmo lugar” (p.92).

Quanto maior o papel do consumo posicional, mais séria é a deformação da economia, de seus indicadores e de sua análise, logo teriam que ser feitas modificações essenciais nos índices nacionais, para que refletissem melhor o poder da economia de gerar satisfação a humanidade (p.98). Embora o crescimento seja benéfico por girar a economia e ampliar sua base material, é preciso perceber seus limites social, notadamente os ligados à concorrência posicional e seus efeitos colaterais. Embora se espere que com o tempo a economia material permita a extensão do acesso gradual da sociedade a bens de consumo simples (como TV), o mesmo não se aplica à bens posicionais (como cargos de direção), provocando efeitos colaterais como a frustração pela propaganda social enganosa, o consumo defensivo e seu desperdício, a manutenção ou acirramento das desigual-

dades, indicando que a “interação dinâmica entre os setores material e posicional torna-se negativa” (p.103).

Ao considerar os efeitos negativos da concorrência posicional para a sociedade, dado o pressuposto da satisfação e da qualidade de vida, o mundo moderno exige mais tempo e mais esforço com o trabalho em decorrência da ambição por bens posicionais. Isso torna-se um limite à satisfação pessoal, logo um limite social ao crescimento na medida em que torna a satisfação menor, mais rara e obviamente mais cara. “A redução do bem-estar aumenta o incentivo para o trabalho, e o trabalho por dinheiro, mais do que pela satisfação que possa proporcionar”, e os incentivos a essa transferência, (de tempo para bem-estar para tempo para trabalho rentável) “não refletem necessariamente uma vantagem social comparável na forma de maior produtividade na economia” (p.115). Uma das decorrências principais é a perda de valores sociais importantes, como cordialidade, vida associativa, agregação, civismo. Isso acaba por corroer a sociabilidade e essa erosão é aprofundada pela “influência da publicidade e da ética do interesse individual do mercado”, logo afeta bases importantes para a dinâmica política. Observa-se o resultado deste processo na elevação do consumismo como uma tendência em favor das mercadorias materiais, obtendo satisfação não dos bens em si mas das propriedades que encerram, o que agrava o fetichismo típico do capitalismo (p.125).

O mercado, todavia, se mostra insuficiente para responder ao conjunto das demandas dos cidadãos consumidores. É necessária uma esfera externa, que possibilite a articulação de uma ação coletiva eficiente para prover a satisfação social – logo é um problema sócio-político mais do que econômico. Contudo, a erosão da sociabilidade impede a solução dos problemas da ação coletiva sob bases naturais e a saída individualista tende a agravar o problema por possibilitar respostas no âmbito da concorrência posicional e, portanto, isoladas e que tendem à privatização da vida (p.135). Esse conjunto eleva os custos inerentes à dinâmica social e não consegue satisfazer seus objetivos, logo não constitui um meio eficiente de atender às preferências individuais (p.140). O efeito desse processo é que a comercialização da atividade afeta a qualidade do produto e a deterio-

ração das condições de uso derivadas da privatização afetam a satisfação.

Assim, o processo tende à queda da qualidade de vida de maneira geral, por motivos físicos (ecológicos) e também culturais (sociabilidade). Esses motivos representam limites sociais ao crescimento e precisam ser computados na análise das políticas que projetam a atividade econômica baseada no consumo e no mercado e negligenciam seu setor posicional e os efeitos colaterais de sua concorrência. Logo, a falha da afluência não está em seus falsos valores, mas em sua falsa promessa e na tensão dela decorrente. “A justaposição de uma crescente economia material com um setor posicional estático ajuda a levar o processo de comercialização uma expansão dinâmica” que traz consigo a deterioração da qualidade de vida. Importa então perceber e aceitar os limites sociais impostos ao crescimento, de forma a permitir a procura de um grau ótimo de desigualdade (com eficiência e produtividade) reconciliador da “diferença entre o que os indivíduos desejam e o que podem alcançar, e o que a sociedade não pode” (p.155).

Nesta lógica, a busca linear por crescimento acabaria por anular boa parte de seus benefícios em médio prazo. A análise baseada nas características da economia posicional derivada da escassez social, seja ela física (obras raras, lugares únicos) ou social (cargos de comando) torna claro o limite de produzir e disseminar satisfação dos desejos através da ampliação do consumo (p.85). A crítica aponta que, embora o crescimento econômico ofereça a possibilidade de ampliação de bens e serviços para a economia material, ele é incapaz de fazê-lo para a economia posicional, onde impera a escassez social e onde são travados os principais embates na competição por melhores lugares na sociedade e melhorias do padrão de vida. A competição posicional, por sua vez, gera um consumo defensivo, executado na tentativa de manter a posição social em função da ampliação do acesso de amplas camadas da população a determinados bens e serviços, que representa para a sociedade como um todo um desperdício de recursos, uma frustração de investimento, uma propaganda enganosa de elevação da posição social e, portanto, um efeito negativo.

De forma simplificada, ao ampliar o consumo e o acesso à economia material, o crescimento econômico gera conjuntamente competição posicional, voltada para bens e serviços regidos pela escassez social, sendo essa competição negativa para o conjunto da sociedade. Logo, a própria sociedade impõe um limite ao crescimento que diz respeito a sua forma de organização e a gestão de seus bens posicionais, devendo o crescimento ser planejado tendo em vista evitar a competição posicional, logo o desperdício, a frustração, a deterioração das condições de uso, a inflação dos bens escassos, o consumo defensivo, a propaganda enganosa ou a “falsa promessa de equalização”.

Socializações

De todos os bens que dispomos, poucas vezes consideramos o *tempo* como um bem, embora ele ocupe uma posição central em nossas vidas. Contamos nossa vida em função do tempo (anos de idade). Nossos contratos são em função do tempo. Nossas vidas são reguladas por calendários, agendas, relógios. Ainda assim, não gerenciamos o *uso do tempo* como um recurso. No entanto, o tempo é um recurso, precioso e escasso. Como será melhor analisado nos capítulos que se seguem, classes sociais dispõem de oportunidades muito diferentes de uso do tempo e isso também as afeta em sua condição de mobilidade e imobilidade social. Crianças de camadas privilegiadas vivenciam experiências mais formadoras, mais variadas e mais ricas em suas condições de desenvolvimento. Elas também se relacionam com grupos de mesma classe social e objetivam abrir relações com classes superiores, o que tende a oportunizar (e, de fato, oportuniza) situações favoráveis, acesso a informações privilegiadas, condições prioritárias de atendimento e alcance primário de outros recursos escassos, o que favorece a manutenção de sua posição de classe.

O inverso também acontece. Grupos em situações desfavoráveis vivenciam experiências mais repetitivas e menos enriquecedoras. Tem menos oportunidades de diversão, lazer, cultura. Convivem com grupos sociais também em situações desfavoráveis ou de vulnerabilidade social.

Não tem acesso a informações e sequer tem notícias de oportunidades. Até mesmo sua condição familiar tende a ser mais frágil, com maior frequência de famílias monoparentais (menos nucleares), com sobrecarga de atividades sobre os adultos e mesmo sobre os membros menos jovens da família (irmãos mais velhos), que se veem privados de outras oportunidades pois tem seu tempo consumido no trabalho doméstico.

Isso tende a gerar socializações muito distintas. Em geral, pensa-se a socialização secundária em função do processo de escolarização. Isso de fato se justifica: a escola é a principal instituição de socialização secundária. No entanto, socialização secundária não deve se confundir com a escolarização e vice-versa. São processos complementares, mas muito mais amplos. A escolarização deve ser entendida no conjunto geral do processo de educação. A socialização secundária passa pela escola, mas não apenas pela sala de aula, e vai muito além dela. Refere-se às pessoas com as quais se convive: os diferentes grupos e as diferentes composições culturais, étnicas, etárias; os espaços públicos e suas regras (formais e consuetudinárias); o aprendizado de normas, autoridade e sistemas de controle; o convívio, debate e reflexão sobre diferentes ideias, fontes de credulidade, arbítrio do que é aceito como verdade e o que se projeta como ideal ou utópico; dentre outras situações.

Compreender as *trajetórias sociais* e sua relação com as *socializações* é importante para entender percursos sociais não reproduzidos, ou seja, como as determinações estruturais são superadas em trajetórias nas quais a posição social realizada (destino) distingue-se consideravelmente da posição de origem. O mesmo se aplica à estrutura de capitais na origem e sua composição na posição social realizada. Embora se observe forte inércia que se materializa na reprodução das posições sociais, de outro lado também se observa considerável fluxo inter-classes. O uso liberdade tanto faz sentido e defesa quanto maior sua efetiva condição operacional, observada em contextos de fluidez social, a partir da equalização de oportunidades. Se uma sociedade mais fluida é desejável, em que a origem social tem pouca ou nenhuma influência sobre a posição social almejada e realizada, compreender os mecanismos de fluidez é relevante. Daí então a reflexão

sobre este objeto.

Considerado o escopo e os limites deste trabalho, discutiremos a socialização secundária em três dimensões: produtiva, ética e idílica. A primeira dimensão é a que mais recebe atenção acadêmica. Observa-se considerável continuidade entre os processos escolares e o mundo do trabalho. Isso não se restringe à formação laboral ou o currículo formal, cujo eixo tende a se dedicar às habilidades e competências exigidas pelo mercado de trabalho. Refere-se principalmente ao *currículo oculto* (APPLE: 2006) e ao conjunto de experiências que crianças / adolescentes / jovens vivenciam ao longo do processo global de escolarização (WILLIS, 1991; PETITAT, 1994; FRIGOTTO, 1984). A escola ensina a obedecer a alguém desconhecido e que não é de sua família, de seus laços de sangue. Aprende-se a conviver em torno de regras previstas em códigos escritos, além de práticas consuetudinárias. Convive-se com práticas de avaliação, punição, reprovação e, eventualmente, premiação. Aprende-se a competir. São múltiplas, plurais e quase infinitas experiências vivenciadas neste contexto institucional de preparação para a vida social. O que importa destacar é que essas experiências não são iguais. Escolas são muito diferentes. Uma mesma escola diferencia suas turmas e seus turnos. Uma mesma turma diferencia seus alunos. Diferentes perfis sociais (indivíduos, grupos, estratos) têm experiências escolares completamente distintas. Tais experiências guardam estreita relação com a trajetória objetivada.

Há grupos que tem experiências mais autônomas, uso mais variado e plural do tempo, maior liberdade e treinamento para exercício deste atributo: ao fazer escolhas, observar seus resultados e aprender a tomar decisões. Há contextos mais heterônomos, com mais regras externas, maior presença e uso da autoridade, experiências mais repetitivas, menos inovadoras, menos criativas, menos formadoras. A avaliação também é vivida de forma muito distinta. Alguns aprendem a negociar com ela, dialogar, vislumbrar caminhos para superar obstáculos e avançar. De outro lado, há formas mais rígidas, opressivas, fixas e reificadas. O *uso do tempo* nesses contextos guarda semelhança com as posições sociais que se projetam no futuro, com as atitudes esperadas, através da disciplina social produzida.

Esta *socialização produtiva* também se aplica à participação política, com interação com autoridades, eleição, representação, elogios e críticas, propostas institucionais que fazem com que crianças (e famílias) prefiram uma instituição ou outra. O mesmo se dá no inverso, pela falta de opções, pela não representação, pela ausência de diálogo com a autoridade, pela escassa escuta ou participação nos processos decisórios. Por decorrência, a *socialização produtiva* se estende a lógicas de mercado, escolhas profissionais e de carreira, etc. Crianças veem egressos. Tem notícias de ex alunos bem-sucedidos (ou não). Projetam perfis, percursos e suas trajetórias.

Ao sair da escola, as diferenças entre os grupos sociais são exacerbadas. A *socialização ética* se refere ao conjunto de experiências que inserem as gerações mais novas em códigos morais e ideológicos que tendem a guiar ou instruir suas trajetórias. Aqui o *ethos* desempenha papel central. Weber (2004) já destacara n' A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo, publicada originalmente no início do século passado (1904 e 1905), o papel do uso do tempo e o papel do que categorizo aqui com *socialização ética*:

“...a relação de causalidade repousa sem dúvida no fato de que a peculiaridade espiritual inculcada pela educação, e aqui vale dizer, a direção conferida à educação pela atmosfera religiosa da região de origem e da casa paterna, determina a escolha da profissão e o subsequente destino profissional”. (WEBER: 2004, 33)

Ao citar Benjamin Franklin, inicia a referência exatamente do trecho “Lembra-te que *tempo é dinheiro...*” (idem, p.42, grifo no original) e continua mostrando como o espírito do capitalismo precedeu ao desenvolvimento do capitalismo e definiu o ser humano “em função do ganho como finalidade da vida, não mais o ganho do ser humano como meio destinado a satisfazer suas necessidades” (idem, p.46). Essa socialização passa pela Igreja, pelas amígdalas e o julgamento de sua “índole”, por Grupos de Escoteiros, Grupos de catequese e Escolas dominicais, Pastorais e Associações, “Oficinas” de aprendizagens manuais e uma série de experiências que ocupam uma parte relativamente pequena do tempo semanal, mas que instruem os ideais de vida, a moralidade, o que é aceito como certo e

errado, quais são as autoridades e as fontes de credulidade.

Interessa aqui menos o tempo dedicado à ação coletiva em si e mais a inserção e como tal inserção modela o tempo no dia a dia. Práticas de ascese ou oração ao longo do dia, a hora em que se deve acordar e dormir, o quanto brincar na rua, ou assistir TV ou usar videogame ou celular / internet, uma série de práticas cotidianas são instruídas pelo que se acredita ser certo ou errado. Esse guia moral instrui o uso do tempo ao longo de todos os dias da semana, para além do estreito tempo de frequência ao culto ou dedicado ao templo. Lógico que a *socialização ética* não é a única produtora do *ethos* e nem o resume, mas cumpre papel central em sua produção e efetivação. Daí a importância na atenção a essas práticas e como elas influenciam trajetórias de grupos em contextos desfavoráveis (CASTRO e TAVARES JÚNIOR: 2016).

Por fim, mas não menos importante, a *socialização idílica* diferencia muito grupos e contextos, influenciando consideravelmente a produção de laços sociais. Refere-se aqui a práticas lúdicas, sociais, esportivas, culturais e outras que expressam gostos e preferências. Como amplamente conhecido (vide Bourdieu: 1979 e 2007), os gostos são determinados socialmente e, por sua vez, determinam também laços sociais, pertencimentos de classe, inserção em grupos, oportunidades e outras circunstâncias sociais. Por isso, a educação do gosto é tão decisiva. É através desta formação, feita através do *uso do tempo* de forma distinta entre grupos, que outras classes diferentes da origem social do indivíduo abrem “portas” ou oportunidades (de socialização e outras), em função da apropriação de seus *habitus* pelo neófito. São momentos em geral mais descontraídos, distantes da lógica competitiva do mercado ou da formalidade institucional de outros contextos, em que a aproximação social se torna mais factível e através desses momentos podem se formar amizades, contatos, laços aparentemente fracos, mas que podem se revelar decisivos ao longo das trajetórias, como já observara Granovetter (1974) décadas atrás.

Tais práticas de *usos do tempo* mostram-se distintas em função de seu valor de escassez, uma vez que são espaços de socializações e essas forjam trajetórias. Na medida em que determinadas práticas se democra-

tizam ou se universalizam, famílias em posições de vantagem tendem a produzir consumos defensivos na direção de manter sua distinção. A universalização da educação básica tendeu a ser acompanhada pela elevação das matrículas em instituições privadas, o que manteve o efeito de distinção não só pela qualidade do ensino, mas principalmente pelas socializações. Também foram acompanhadas pelo uso cada vez mais diferente do tempo em atividades extraclasse, como aulas de outros idiomas, esportes diferenciados (como natação), práticas culturais (como música), além de outras mais distintas, como estágios no exterior, viagens, intercâmbios, etc. Distinção similar se dá em relação à expansão de matrículas no ensino superior e a respectiva reação social na forma de diferenciação institucional, seletividade de determinadas carreiras, investimento em estágios, iniciação científica, pós graduação e outras experiências. Tais práticas tem efeitos na moral e na tessitura social.

Moral, civismo e (des)integração social

Os efeitos desses movimentos sobre a moral social são variados. A moral liberal clássica é baseada no individualismo e seu uso estrito da vontade em busca de objetivos próprios. O problema está no fato de “a ligação entre a transformação observada nas características do sistema de mercado e o papel desempenhado nesse sistema pelas motivações individuais” ter recebido atenção insuficiente e a moral individual ter sido também afetada pelos limites sociais do crescimento (p.173). Na transição do *laissez-faire* para o dirigismo econômico keynesiano, um objetivo central foi o de criar condições para que o cálculo individual continuasse operando de forma socialmente positiva (p.175). Entretanto, o enfraquecimento gradativo da moral social em oposição ao fortalecimento do cálculo individualista, incapaz de gerar soluções para a ação coletiva, enfraquece o próprio mercado. Numa alusão à Castoriadis (1991 e 1992), só a ação coletiva integrada pode gerar soluções viáveis socialmente em função do equilíbrio nascido no processo de interação social. A pressão política orientada por interesses individuais, aliada à perda da internalização de valores éticos,

gera contextos políticos de obediência à lei por medo das penas, mas uma desobediência ao espírito da lei, ou seja uma erosão mais profunda dos elos de coesão social, importantes inclusive para a celebração de contratos, aumento da confiabilidade, para o mercado (p.189).

A recuperação moral, derivada da integração social via articulação da ação coletiva e priorização de interesses públicos em prol da qualidade de vida geral, seria benéfica primordialmente por razões econômicas e sociais, e não por motivos religiosos ou moralistas. Não importa a origem da ação ética e sim sua internalização e sua realização para o alcance de objetivos socialmente almejados (como segurança), de forma que as normas de comportamento ético internalizadas não poderiam substituir a necessária direção central das ações individuais, embora ajudassem a implementar a política coletiva necessária, por exemplo, para impor a coleta de impostos e “minimizar os efeitos adversos sobre o incentivo ao trabalho, (contribuindo...) para o objetivo mais modesto e limitado de manter algumas das bases-chave de nossa sociedade existente, contratual e mercantil” (p.202).

O problema que se impõem é manter um certo nível necessário de obrigação social através da reconciliação entre essa responsabilidade social e a corrente principal adversa da ética do mercado (p.206). Essa cooperação voluntária depende de um senso internalizado da obrigação social, e não de incentivos e punições externas, operadas pelo mercado. Tais sentidos de internalização dependem fundamentalmente de experiências de socialização que sejam capazes de forjar tal ethos. A retração do individualismo é necessária em função do limite social imposto à ação coletiva de perder sua capacidade de satisfazer as próprias preferências individuais. O retorno à moral social é necessário porque agir socialmente é menos oneroso em contexto global, logo mais eficiente e mais produtivo economicamente, ao gerar mais satisfação a menor custo. A sociabilidade é benéfica ao impor perdas e ganhos distribuídos por todos o que em si favorece a cooperação e o funcionamento do mercado (p.216).

A política keynesiana baseada no crescimento acabou não conseguindo “provocar maiores modificações na distribuição de renda” (p.224). A compulsão distributiva é criticada por se manifestar como uma força com

motivação individualista e deformadora das forças do mercado. Os sindicatos são incluídos dentre o conjunto dessas ações deformadoras que tendem a atuar na concorrência posicional e na geração de inflação relativa dos bens. A sociedade se ressentida da moral social, fragilizada pela própria ação do individualismo decorrente do processo de competição advindo com o crescimento. A ação coletiva permanece sem solução dirigida, uma vez que o Estado é incapaz de captar informações satisfatórias sobre preferências individuais reais e também se mostra ineficiente na transmissão de incentivos para satisfazê-las (p.225). Com o enfraquecimento das normas de cooperação deliberada e da contenção social, “o uso desse recurso como dominante provoca um sistema instável, com o tempo. A eficiência da droga miraculosa acaba enfraquecida por seus efeitos colaterais” (p.226).

Para superar tais impasses, importa considerar primeiro a diminuição das desigualdades, tendendo a distribuições de renda menos piramidais e mais ovais ou losangulares (p.234). Dado que alguma desigualdade é normal, natural da própria estrutura da sociedade que se organiza em postos de comando e domínio de um lado, e de execução e serviços de outro, o melhor para a sociedade seria evitar a competição posicional e minorar o hiato temporal em que o crescimento promove o acesso de amplas camadas da população a bens dos setores materiais.

Nesse tempo, é relevante também gerar experiências que proporcionem laços de ação coletiva que proporcionem a gerência da escassez social de forma que a ampliação do consumo não deteriore a qualidade, como é o caso do congestionamento e da perda do poder de credenciais de seleção. Importa perceber que o crescimento tem limites sociais intrínsecos e o resultado de continuar ignorando esses limites sociais ao propagar os objetivos de ampliação de consumo é a geração de mais “frustração das exigências individuais e o aparecimento de efeitos colaterais onerosos e incontrolados sobre a infraestrutura social” (p.242). O aumento da demanda acaba não realizando seu objetivo econômico e ainda eleva a pressão inflacionária subjacente, o que representa um desperdício social e tende a contribuir para a desigualdade: “A maior competição pelos produtos de

oferta limitada eleva os preços relativos ou reduz sua qualidade”, e nos dois casos representa uma frustração de seu papel econômico. Hirsch defende que a natureza da competição posicional sinaliza uma “procura de desigualdade de um tipo mais direto do que a existente nas reivindicações do produto material, (e...) certas desigualdades ou diferenças de recompensa podem ser consideradas como funcionais”. Na medida em que as desigualdades contribuem para ampliar a economia e promover o crescimento material, contribuem também para beneficiar a todos, logo deve ser encontrado “um grau ótimo de desigualdade” ou igualdade (p.250). O foco no consumo e a busca de todos pelos menos objetivos de acumulação e ostentação não geram benefícios sequer aos atores. O *uso do tempo* de forma mais proveitosa, voltada aos objetivos centrais da vida comum, uma vez garantidos publicamente padrões adequados de qualidade de vida, tenderá a gerar mais proveitos coletivos do que a eleição do crescimento econômico como utopia unidimensional de uma sociedade.

Para inibir a competição posicional, maior vilã neste processo, importa aceitar seus limites, tornar públicos e de amplo acesso todos os principais bens posicionais que possam ser democratizados, com a consequente diminuição dos “prêmios” a posições privilegiadas, tornando sua objetivação menos motivadora, no intuito de inibir a busca por bens posicionais. Advoga-se em favor do investimento público em bens de uso geral, tornando seu acesso menos possível com o dinheiro e mais sem ele, ou seja, tornando-os públicos e de amplo acesso (i.e. gratuitos), disponíveis em bases não mercantis. Isso se aplica aos direitos sociais, como educação, segurança e saúde, mas também às experiências de socialização e estratégias de fluidez social, tendo em vista a diminuição das desigualdades pelo estabelecimento de padrões públicos gerais de qualidade de vida, em detrimento da aposta na ampliação do consumo como estratégia de universalização de direitos, o que tem se mostrado limitado e perverso há décadas.

Capítulo 2

Pensar as sociedades utilizando pesquisas de uso do tempo

Luiz Flávio Neubert

As pesquisas de usos do tempo podem ser remetidas aos estudos etnográficos dos antropólogos, os quais são fortemente marcados pela técnica da observação das rotinas da vida social em sociedades não modernas. Contudo, adaptada para grandes populações urbanas, tomou emprestada as características das pesquisas do tipo *survey*¹ para promover uma estratégia de observação indireta com potencial de cobertura de uma grande massa de indivíduos. Este tipo de abordagem remete ao início do século XX nos Estados Unidos da América (EUA) e no Reino Unido, quando Bevans e Pember-Reeves (PENTLAND *et al*, 1999) realizaram os primeiros usos da técnica de pesquisa em questão.

Diários de usos do tempo

O instrumento de coleta de dados que marca este tipo de estudo é o *diário de uso do tempo*. Há vários formatos e tipos possíveis, consistindo basicamente em utilizar formulários de entrevista com espaços reservados para o registro das atividades realizadas por um indivíduo ao longo das 24 horas de um dia. Além disso, há a possibilidade de se registrar informações sobre os horários de realização das atividades (horário de início e fim de cada atividade, o que permite o cálculo da duração do tempo em minutos ou em horas), assim como sobre o local (em casa, fora

¹ As pesquisas de *survey* correspondem àquelas baseadas em amostragem populacional e na coleta de opinião com uso de questionários (formulários de entrevista com estrutura formal, aplicável em situações e contextos diversos, nos quais a maioria das perguntas listadas apresentam opções de resposta previamente formuladas pelo pesquisador.

de casa, na escola ou na empresa, etc.) e a companhia (com conhecidos, desconhecidos, familiares, filhos e filhas, etc.).

Os tipos dos diários podem ser classificados entre aqueles modelos pós-codificados (Apêndice I) ou modelos pré-codificados (Apêndice II), referentes à classificação prévia ou posterior das atividades registrada pelos entrevistados. Pode haver variação também no que diz respeito aos intervalos de tempo para registro das atividades, com intervalos de 1 minuto, 10 minutos, etc. ou abertos para anotação do entrevistado. Além disso, é possível se utilizar de artefatos que ajudem a caracterizar o dia que está sendo registrado pelo entrevistado, caso tenha sido um dia comum ou um dia extraordinário, e a entrevista do dia seguinte, voltada para a correção de eventuais erros de preenchimento. Neste último caso, o pesquisador retorna ao domicílio do entrevistado e confere os registros procurando por falhas que podem ser corrigidas. Tal estratégia tem por função diminuir os potenciais problemas antes de se transferir as informações para um banco de dados.

Sistema de codificação das atividades diárias

A codificação das atividades diárias, ou seja, o ato de identificar os códigos numéricos para classificar, organizar e agregar aquilo que é registrado pelos entrevistados, corresponde à tarefa mais delicada e complexa ao se realizar este tipo de estudo. Tudo aquilo que é registrado como atividade realizada pelo entrevistado deve receber um código correspondente que o aproxima ou o diferencia das demais atividades diárias, tais como dormir, comer, higienizar-se, trabalhar de forma remunerada, cuidar das tarefas domésticas e dos membros de uma família, praticar esportes e hobbies, se deslocar entre uma atividade e outra, estudar, conversar e sair com amigos, ir a uma festa, etc. (Apêndice IV).

Atividades da mesma natureza podem ser agregadas em um código hierarquicamente mais geral, o que permite reunir os vários registros em categorias gerais de atividades. Assim, garante-se que as informações registradas nos diários de usos do tempo sejam classificadas segundo um

sistema de codificação que permita contemplar o espectro de atividades diárias rotineiramente realizadas pelas pessoas, e comparar o uso do tempo dos diversos indivíduos e grupos sociais.

As dez categorias mais gerais utilizadas nas pesquisas brasileiras de Belo Horizonte em 2001 e Juiz de Fora em 2013/2015 foram as seguintes:

- a) *Cuidados Pessoais*: dormir, comer e beber, higienizar-se, etc;
- b) *Trabalho Remunerado*: são as atividades que geram rendimentos financeiros, seja na ocupação principal ou em outras, deslocamentos durante ou como parte do trabalho, etc;
- c) *Estudos*: assistir aulas em instituição de ensino, fazer o dever de casa, participar de cursos fora da escola e outros tipos de treinamentos e aquisição de habilidades, etc;
- d) *Cuidados da casa e a família*: manejo de alimentos, cuidados com têxteis, compra de produtos e serviços, limpeza e lavação, jardinagem, cuidado de crianças, inválidos, idosos e animais de estimação, consertos e reparos no imóvel, gerenciamento do domicílio, etc;
- e) *Atividades participativas*: trabalho voluntário, atividades religiosas, etc;
- f) *Vida social e atividades culturais*: conversar com pessoas, namorar, passear com conhecidos, ir ao cinema, ir ao parque, ir ao clube, ir ao teatro, ir a um espetáculo musical, ir a um jogo de futebol, etc;
- g) *Esportes e atividades ao ar livre*: correr, caminhar, praticar exercício físico, praticar musculação, natação, jogar futebol, vôlei, basquete outros jogos esportivos, etc;
- h) *Hobbies e jogos*: organizar coleções, praticar passatempos, brincar com jogos de tabuleiro, jogar videogame e outros jogos eletrônicos, utilizar a internet para diversão, redes sociais, assistir vídeos, etc;
- i) *Meios de comunicação de massa*: assistir TV ou DVD, ouvir programas de rádio, ouvir música, ler um livro, ler revistas e jornais, etc;
- j) *Deslocamentos*: qualquer trânsito ou viagem entre dois locais ou entre a realização das atividades.

Aliado ao uso dos diários de uso do tempo, deve-se utilizar questionários capazes de captar informações sobre o domicílio (tipo de domicílio, localização, acesso a estrutura urbana, etc.), a família (ocupação e escolaridade dos pais, quantidade de filhos, composição de membros do domicílio, renda familiar, posse de bens de consumo duráveis, etc.) e o próprio indivíduo entrevistado (sexo, idade, escolaridade, ocupação principal, percepção sobre a vida pessoal e coletiva, opiniões, etc.).

Tais informações são cruzadas com o tempo gasto em atividades e permite a análise das dinâmicas sociológicas que pairam sobre o cotidiano de todos nós, tais como: quais são os grupos ocupacionais que mais trabalham de forma remunerada? Quais os tipos de família que intensificam o fenômeno da dupla jornada feminina de trabalho? Qual a origem social dos alunos que mais se dedicam aos estudos além do tempo gasto em aulas na escola? Qual é o perfil social que mais despende tempo em deslocamentos diários em uma determinada cidade?

Pesquisas de usos do tempo

Representada pela *International Association of Time Use Research (IATUR)*², há uma diversidade de países dos diversos continentes que produzem e analisam dados quantitativos de usos do tempo nas últimas décadas. A IATUR existe desde 1988, quando formalmente recebeu este nome. Mas os esforços de comparação e discussão no âmbito internacional já haviam começado anteriormente, desde 1970 no grupo de trabalho *Time Budgets and Social Activities* inscrito na *International Sociological Association (ISA)*³. Há também o *Center of Time Use Research*⁴, grupo baseado na Universidade de Oxford e que agrega informações técnicas, bases dados e publicações que utilizam dados oriundos de pesquisas de usos do tempo.

Os esforços recentes se concentram na possibilidade de comparação entre os dados oriundos das diversas sociedades. O que intriga e estimula

2 Acessível em: www.iatur.org

3 Acessível em: www.isa-sociology.org/en

4 Acessível em: www.timuse.org

os pesquisadores são as desigualdades sociais que permeiam os usos do tempo entre a diversidade de gênero, idade, classe social, grupo de *status*, raça/cor da pele e etnia. Mas, também, focam nas diferenças entre os usos do tempo de países mais ou menos avançados quando se trata dos processos de modernização e urbanização das sociedades nacionais contemporâneas e os resultados desses processos sobre o cotidiano das massas.

Atualmente vários países, inclusive latino-americanos, conduzem periodicamente coletas utilizando diários de uso do tempo em vasta áreas de seus territórios. O Brasil, por seu turno, teve algumas experiências que devem ser destacadas: a mais ampla, a qual abrangeu quatro unidades federativas (Pará, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco) além do Distrito Federal e cobriu cerca de cinco mil pessoas com dez anos de idade ou mais, foi um projeto piloto organizado e executado em 2009⁵ pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Este último foi inspirado, por sua vez, em uma experiência anterior, a pesquisa realizada com base em uma amostra probabilística da cidade de Belo Horizonte (capital do Estado de Minas Gerais do Brasil), idealizada e coordenada pela Profa. Dra. Neuma Aguiar da Universidade Federal de Minas Gerais em 2001 (experiência que será alvo de apresentação mais detalhada no próximo capítulo).

Entretanto, este tipo de informação hoje em dia no Brasil é coletada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)⁶ do IBGE por meio de duas perguntas ligadas à jornada semanal de tempo de trabalho remunerado e de trabalho doméstico, ou seja, não utiliza-se dos diários de uso de tempo mas inclui-se algumas questões abertas no questionário mais amplo (Anexo I).

Esta é uma forma mais limitada de coleta e menos precisa para mensuração e análise do uso do tempo, já que depende do cálculo do entrevistado, permite a análise de apenas algumas dimensões dos usos do tempo, possui maior capacidade de abordagem sobre a população adulta econo-

5 A pesquisa piloto do IBGE foi apresentada no 35º Congresso Internacional de Uso do Tempo da IATUR, realizado em 2013 na capital do Rio de Janeiro, Brasil. À época, o Jornal "O Globo" do dia 09 de agosto de 2013 publicou reportagens que divulgaram alguns dos resultados desta que seria a única pesquisa do tipo em âmbito nacional no Brasil.

6 Acessível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa

micamente ativa e, por fim, desconsidera a peculiaridade de outros grupos sociais que apresentam outras configurações da vida cotidiana. As vantagens em relação ao diário de uso do tempo se devem ao baixo custo e à adaptabilidade da estratégia para blocos de tempo padronizados, como ocorre com as atividades de trabalho e outras obrigações cotidianas.

O último capítulo desta obra é dedicado à divulgação da experiência de pesquisa de usos do tempo, com utilização de diários, realizada em duas escolas municipais de Juiz de Fora (Minas Gerais) chamada “Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora” (2013/2015). Possui uma inovação importante ao serem levantados dados de proficiência dos alunos, os quais podem ser relacionados às categorias de atividades diárias. Apenas o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)⁷, até então, permitia relacionar medidas *indiretas*⁸ de usos do tempo com a proficiência dos alunos (Anexo II).

Pensamento sociológico sobre o tempo

No campo de discussão sobre a tradição do pensamento sociológico, para os autores considerados clássicos do pensamento sociológico, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, a dimensão da temporalidade está intrinsecamente lidada à interpretação sobre o fenômeno histórico da cultura ocidental moderna. Autores contemporâneos de alta relevância, tais como Norbert Elias, Edward P. Thompson e Anthony Giddens também discutiram o tema da temporalidade, trilhando alguns caminhos já percorridos pelos clássicos e dando novos tons às suas próprias interpretações⁹.

Quanto a Karl Marx (1975), o conceito de tempo deve ser remetido ao processo de reprodução do capital. Na sociedade moderna há aqueles indivíduos que são proprietários dos meios de produção capitalista e, por

7 Acessível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>

8 As questões do questionário do SAEB voltadas a alunos coletam indiretamente o uso do tempo ao registrar a frequência com a qual algumas atividades ocorrem ou a duração em horas como variável compostas por categorias (variável categórica) ao invés de uma variável numérica, como a duração em minutos de uma atividade registrada. Os exemplos podem ser observados no ANEXO II e III.

9 Toda a discussão contida neste capítulo pode ser lida de forma mais completa no artigo de Neubert e Mont’Alvão (2014).

outro lado, existem aqueles que não possuem meios de produção, o proletariado, fadado a vender sua força de trabalho em troca de salário. Tal processo, segundo o pensamento de Marx, é pautado pela “mais valia”, que equivale ao resultado vantajoso da exploração que recai sobre o proletariado e que agracia o capitalista.

Edward P. Thompson (1998), seguindo este mesmo emaranhado marxista e reconhecendo a importância da moral puritana tratada outrora por Weber (2004), identifica os mecanismos de controle que garantem a organização racional das fábricas, espaço representativo do sucesso capitalista na Europa da metade do Século IX. Segundo este último, o uso em massa do relógio pelos transeuntes de uma cidade, a utilização de marcadores temporais nas jornadas de trabalho, a criação da iluminação pública e do turno noturno de trabalho, etc. participam da reprodução sistêmica da sociedade capitalista e de seus mecanismos sociais de produção da desigualdade, visivelmente entre aqueles que deveriam viver como iguais na democracia burguesa, os capitalistas e proletariados.

Já Weber (1974) ressalta a importância do tempo para a marcante tendência racionalista da cultura ocidental moderna. A calculabilidade e a contabilidade do tempo racionalizado, matematizado, abstraído da experiência imediata que é dependente dos marcadores naturais da temporalidade, serve ao sentido de longo prazo e de estabilidade que marca as ações dos modernos.

O fenômeno organizador deste tipo de sociedade é a burocracia, forma de dominação racional que pauta o funcionamento das chamadas *organizações complexas*, segundo Anthony Giddens (2003). São as empresas de negócios, os Estados-nação, as associações, as fundações, etc. que conhecemos atualmente, as quais estruturam, conduzem, registram, organizam e controlam as atividades da nossa vida cotidiana. Ainda segundo Giddens (1991), este mesmo aparato burocrático faz parte do conjunto de mecanismos (outros exemplos são o dinheiro, as formas modernas de transporte e de comunicação) que garantem a dinâmica e a velocidade peculiar presente na experiência temporal dos modernos.

Émile Durkheim (1981), por sua vez, desenvolve sua concepção de tempo a partir da influência do filósofo Kant a respeito das categorias abstratas que organizam o pensamento humano e da relação do sujeito racional frente aos objetos do mundo exterior. Contudo, para Durkheim, as categorias que organizam o pensamento humano são eminentemente sociais, dependentes, portanto, de características da sociedade tais como a quantidade de membros, o tipo de organização entre eles, o grau de diferenciação da divisão do trabalho social e o tipo de consciência coletiva que prepondera.

Norbert Elias (1998) considera, da mesma forma, o desenvolvimento de uma dimensão simbólica que organiza a experiência humana mas, como tal, é passada às gerações seguintes por meio da socialização e é influenciada pelo tipo de relação societária que se estabelece entre os membros. Assim sendo, uma sociedade mais complexa tem com corolário, também, uma forma de contabilizar, registrar e mensurar mais complexa em relação às outras formas mais simples oriundas de sociedades tradicionais.

Muitos estudiosos atualmente abordam a dimensão da temporalidade com base em dados quantitativos oriundos de pesquisas de uso do tempo. Dentre os que estão atualmente ativos podemos destacar Jonathan Gershuny (GERSHUNY, 2009; 2005)¹⁰, e Kimberly Fischer (FISCHER, ROBINSON, 2011) na Inglaterra; Jon Robinson (ROBINSON, MARTIN, 2009) dos EUA; Michael Bitman (BITMAN, 1998) da Austrália; Valeria Esquivel (ESQUIVEL, 2009) da Argentina; Neuma Aguiar (AGUIAR, 2011; 2010) e Luiz Flávio Neubert (NEUBERT, MONT´ALVÃO, TAVARES, 2016; NEUBERT, MONT´ALVÃO, 2014; NEUBERT, SOUZA, 2014; NEUBERT, 2013; NEUBERT, 2011; NEUBERT, 2006) do Brasil. Há alguns interessados especificamente nos usos do tempo de crianças e adolescentes, tais como Reed Larson e Suman Verma (LARSON, VERMAN, 1999) e Anette Lareau (LAUREAU, WEININGER, 2003).

10 Ele é um dos responsáveis pela iniciativa de criar o Multinational Time Use Survey (MTUS), arquivo que disponibiliza dados de usos do tempo de vários países em diversos anos para comparação e análise. Tem inspiração no primeiro estudo comparativo mais amplo com dados de 1965 e 1966 de vários países, publicado por Alexander Szalai (1972).

Acessível em: <https://www.timeuse.org/mtus>.

Outros nomes importantes, mais interessados no tempo de trabalho remunerado, como Sadi Dal Rosso (2006, 2002) no Brasil e Juliet Schor (1992) nos EUA, utilizaram bases de dados censitárias e outros registros oficiais (que não utilizam os diários de usos do tempo para realizar a coleta das informações), para traçar o perfil histórico do tempo trabalho remunerado em seus países de origem.

Comparação internacional de dados

Dentre os esforços de comparação internacional que foram publicados, destacamos os dados comparativos de pesquisas de usos do tempo compilados por membros da IATUR, descritos e publicados por Fischer e Robinson (2010). Os dados¹¹ (Apêndice III) referem-se ao total de 168 horas que compõem a semana de sete dias, cinco dias de semana (segunda, terça, quarta, quinta e sexta-feira) e dois dias de fim de semana (sábado e domingo) somados em termos de horas (7 dias por semanas multiplicados pelas 24 horas, o que resulta em um total de 168 horas semanais), entre indivíduos adultos de 18 a 64 anos.

Segundo a tabela 1 (Apêndice III) podemos afirmar que o Brasil¹² apresenta uma média semanal de tempo de trabalho remunerado (*paid work*) maior do que os países europeus (25,8 horas), contudo, menor do que a dos EUA (28,6 horas), Canadá (28,7 horas) e Austrália (26,1 horas). Quanto ao tempo despendido com sono (*sleep and naps*), o Brasil apresenta a menor média de tempo dentre os países listados na tabela enquanto a França apresenta a maior média semanal entre adultos.

Ainda na Tabela 1, há que se destacar o fato de o Brasil apresentar a maior média de tempo (2,1 horas) dedicado a aulas, treinamento profissional e outros tipos de cursos para aquisição de qualificação (*Study and job or skill training*) entre indivíduos da população adulta (18 a 64 anos de idade) enquanto Austrália e Reino Unido apresentam as menores médias

11 Comparação leva em conta apenas dados de indivíduos entre 18 e 64 anos.

12 Os dados de usos do tempo do Brasil apresentados na tabela 1 correspondem àqueles coletados pela Pesquisa de Usos do Tempo de Belo Horizonte de 2001 baseada em uma amostra probabilística da população urbana residente no município. Mais detalhes sobre esta pesquisa são apresentados no próximo capítulo

semanais (0,7 e 0,9 horas, respectivamente). Quanto ao dever de casa (*homework*), os brasileiros adultos, que são iguais aos canadenses, belgas e franceses, apresentam as maiores médias de tempo despendido (1,2 horas por semana). Quando se trata dos deslocamentos relativos às atividades de trabalho pago e estudos (*commuting, job/study travel*), os brasileiros adultos gastam 5,8 horas por semana, uma média bastante acima daquelas apresentadas pelos outros países listados nesta comparação.

Capítulo 3

Dois modelos de pesquisas de usos do tempo: Pesquisa em Belo Horizonte (2001) e o American Time Use Survey (ATUS)

Luiz Flávio Neubert

Este capítulo apresenta dois modelos de pesquisas de usos do tempo, quais sejam, o modelo desenvolvido para a pesquisa brasileira realizada em Belo Horizonte em 2001 e o *American Time Use Survey*, pesquisa periódica conduzida pelo governo dos EUA. São descritas as características amostrais e as estratégias de coleta e organização das informações coletadas. O intuito é apresentar a diversidade de possibilidades que podem ser desenvolvidas e aplicadas para auxiliar na compreensão da vida cotidiana por parte do estudantes e pesquisadores das ciências humanas.

Pesquisa de Uso do Tempo de Belo Horizonte

A “Pesquisa dos Usos do Tempo de Belo Horizonte” realizada em 2001 foi idealizada e coordenada pela Professora Emérita do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Dra. Neuma Figueiredo de Aguiar (AGUIAR, 2010). O objetivo principal do projeto foi construir uma pesquisa piloto com a finalidade de coletar informações que permitissem construir uma análise sobre a relação entre trabalho doméstico, trabalho remunerado e a dimensão de gênero em uma região metropolitana brasileira. A pesquisa foi patrocinada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e teve ampla participação de docentes, pesquisadores, alunos de pós-graduação e graduação.

A pesquisa sobre usos do tempo realizada por Amaury de Souza (1976) no antigo Estado da Guanabara servira de inspiração para que Neu- ma Aguiar (1998) levantasse informações com o uso de diários de usos do tempo em uma plantação canavieira. O contexto rural exigiu que certas estratégias fossem adotadas com relação à população analfabeta. Poste- riormente, a mesma pesquisadora viria a elaborar uma proposta de estudo mais abrangente, com base em uma amostra probabilística que represen- tasse a população de uma grande cidade brasileira, a qual foi realizada em 2001 em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, Brasil (AGUIAR, 2011; 2010).

No primeiro semestre de 2001 foram realizados os pré-testes dos instrumentos de dados, a elaboração e impressão dos instrumentos para o campo de pesquisa e o treinamento da equipe de entrevistadores. No segundo semestre daquele ano os entrevistadores coletaram informações *in loco* nos setores censitários selecionados na amostragem para que fosse feito o sorteio dos 400 domicílios que seriam convidados a participar da pesquisa. Finalizado o sorteio dos domicílios, cada entrevistador se dirigiu para a área específica na qual iniciaria o primeiro contato com os entrevis- tados, os quais foram avisados com antecedência por carta.

O processo de coleta das informações durou cerca de dois meses e foi finalizado antes das férias escolares do fim do ano, tendo ocorrido entre os meses de outubro a novembro de 2001. Foram convidados para participar da pesquisa todos os indivíduos com oito anos ou mais de idade que eram residentes no domicílio e que se encontravam presentes durante o perí- odo das entrevistas. Para cada grupo domiciliar foi amostrado um dia de semana (segunda, terça, quarta, quinta ou sexta-feira) e um dia de fim de semana (sábado ou domingo), os quais representariam parte do cotidiano dos indivíduos residentes em cada unidade. Participaram 378 domicílios e contabilizou-se a participação de 1.184 indivíduos ao todo de oito anos ou mais de idade.

Pela combinação e organização de todas as informações, portanto, tem-se disponível dados sobre todos os dias da semana para uma quanti- dade razoável de indivíduos sem, contudo, obrigar cada indivíduo a preen-

cher sete formulários de usos do tempo ao longo de uma semana. Característica importante deste tipo de estratégia, vale a pena ressaltar, é o fato do mesmo indivíduo registrar informações sobre dois dias: tanto para um dia de semana quanto para um dia de fim de semana. Em 2002, a equipe dedicou-se a organizar o material de campo, treinar a equipe de codificação dos diários de usos do tempo, codificar os instrumentos de coletas de dados e construir os bancos de dados.

A Pesquisa dos Usos do Tempo em Belo Horizonte (2001) utilizou dois tipos de diários de usos do tempo: o *diário pós-codificado*, que permitia que o entrevistado registre livremente as atividades que realiza com intervalos de 10 minutos, e o *diário pré-codificado*, que já incluía determinadas categorias de atividades diárias, facilitando o preenchimento para aqueles que são analfabetos funcionais. Este último tipo de diário foi utilizado de forma combinada com um caderno de desenhos, o qual ajudou a identificar quais atividades estão inclusas em cada categoria, orientando o registro das mesmas. Para coincidir com a leitura realizada com base em relógios de pulso digitais (concedidos a todos os membros dos domicílios), os diários foram elaborados em intervalos de um minuto. Entre os estudos de usos do tempo, são amplamente conhecidos dois sistemas de códigos usados para classificar as atividades registradas nos diários: o chamado EUROSTAT (sistema europeu) e o sistema de classificação da ONU (CATUS). Além de orientações teóricas e empíricas que conformam a escolha das categorias de atividades, uma característica básica comum a alguns sistemas de classificação é o número de dígitos e sua relação com a estrutura hierárquica de organização dos mesmos. Quanto maior o número de dígitos que compõem os códigos, maior é o grau de detalhamento com o qual a atividade é classificada em uma categoria específica. No entanto, é possível agrupar atividades similares em categorias mais gerais, representadas por um número menor de dígitos. Assim, o sistema de códigos permite que se façam tanto análises pormenorizadas das atividades quanto dos blocos ou agrupamentos de atividades sem, contudo, perder detalhes da informação.

Para os fins da Pesquisa dos Usos do Tempo em Belo Horizonte foi elaborada uma síntese dos dois sistemas de classificação citados acima de forma que representasse melhor as atividades realizadas no contexto brasileiro, ao mesmo tempo em que fosse possível manter as características essenciais dos mesmos, garantindo a possibilidade de comparação dos dados construídos por diferentes grupos de pesquisa. O esquema final é organizado de acordo com três séries de um dígito cada. As categorias que apresentam códigos de um dígito correspondem às mais abrangentes e podem ser desagregadas em subcategorias representadas por códigos de 2 dígitos (Apêndice IV). Os códigos de três dígitos, por sua vez, correspondem às categorias mais detalhadas e, portanto, eles são utilizados para codificar os diários de usos do tempo preenchidos pelos entrevistados.

Além dos diários, foram aplicados mais três tipos de questionários: o *questionário auto aplicado* (respondido por todos os indivíduos da amostra), o qual continha informações socioeconômicas dos respondentes; o *questionário do casal ou responsável pelo domicílio*, que continha questões sobre a percepção do grau de justiça da divisão sexual do trabalho no domicílio; e, por fim, o *questionário sobre as características do domicílio*.

Após o primeiro contato por meio de carta enviada pela coordenação da pesquisa, o entrevistador realizava a visita para apresentar o material e explicar os procedimentos. Foi escolhido um indivíduo de referência no domicílio, o qual era responsável por instruir os outros membros sobre a realização da pesquisa, assim como organizar os formulários para entrega no fim do processo. Dependendo da composição do grupo domiciliar, o entrevistador era obrigado a fazer várias visitas, já que a “entrevista do dia seguinte”, utilizada para correção dos diários, foi feita, com cada indivíduo, sempre no dia posterior determinado para o preenchimento do diário. Além disso, como cada indivíduo respondeu sobre dois dias na semana, as visitas poderiam se tornar mais frequentes, o que requereu, portanto, o estabelecimento de uma relação de confiança entre o entrevistador e os entrevistados. Quanto aos outros formulários, o questionário auto aplicado foi respondido pelo próprio indivíduo que respondia aos diários enquanto que o questionário sobre o domicílio foi preenchido, frequente-

mente, pelo indivíduo de referência no próprio domicílio. A quantidade de questionários do casal ou responsável pelo domicílio, por seu turno, dependeu da composição do domicílio, permitindo-se no máximo o preenchimento de dois questionários por unidade domiciliar selecionada para a amostra.

Finalizado o processo de coleta de dados, uma equipe foi responsável por receber e verificar o material referente a cada domicílio, o qual poderia variar em quantidade devido ao número de membros com oito anos ou mais de idade. Posteriormente ao recebimento do material de campo, a equipe de codificação iniciou o processo de codificação e tratamento dos formulários. Um item importante neste processo foi a substituição das identificações dos indivíduos e dos domicílios por códigos seriados, processo que cumpriu a função de garantir o sigilo das informações prestadas. Todos os tipos de questionários utilizados na pesquisa produziram bancos de dados específicos, os quais foram relacionados entre si por meio do uso das variáveis de identificação do indivíduo e do domicílio.

Também à época da pesquisa foram realizados três grupos focais, um composto por homens casados, outro por mulheres casadas e o terceiro contendo homens e mulheres casados. Ao levantar e produzir análise qualitativa das informações é possível compreender aspectos não captáveis ou mesmo ignorados nos desenhos de pesquisa do tipo *survey*.

As informações produzidas pela pesquisa em BH foram utilizadas em diversas análises bastante distintas entre si, dentre as quais, o artigo de Souza, Aguiar e Neubert (2005) sobre gênero e usos do tempo, o artigo sobre usos do tempo no Brasil de Aguiar (2011) e o relato da experiência de pesquisa (AGUIAR, 2010), a tese de doutoramento de Souza (2007) sobre o tema da masculinidade, a dissertação desenvolvida por Mont'Alvão (2009) a respeito das atividades de deslocamento em Belo Horizonte e os diversos trabalhos desenvolvidos por Neubert (NEUBERT, MONT'ALVÃO, TAVARES, 2016; NEUBERT, SOUZA, 2014; NEUBERT, 2013; NEUBERT, 2011; NEUBERT, 2006).

Pesquisa de Uso do Tempo dos EUA

Com o intuito de compreendermos melhor os modelos de pesquisa de usos do tempo, neste capítulo tratamos também do ATUS¹ (*American Time Use Survey*), que corresponde a uma pesquisa periódica conduzida pelo *U.S. Census Bureau* do Estado norte-americano e possui características bem diferentes das pesquisas realizadas em Belo Horizonte e em Juiz de Fora no Brasil. Contudo, é interessante observar que mesmo tendo tais diferenças em vista, as informações das pesquisas são adaptáveis e comparáveis entre si². O patrocinador da mesma é o *U.S. Bureau of Labor Statistics* e o objetivo principal da pesquisa é desenvolver estimativas, representativas nacionalmente, sobre como as pessoas utilizam o próprio tempo. A pesquisa abrange todos os dias do ano de referência, ou seja, uma grande quantidade de indivíduos é entrevistada a respeito de um mesmo dia do ano e, assim, sucessivamente até cobrir todos os 365 dias. Isso é interessante, pois as estimativas cobrem variados períodos do ano, os quais se relacionam a padrões diferenciados de usos do tempo. As causas destas variações vão desde causas naturais, como a sucessão das estações do ano, até causas institucionais, como períodos de férias escolares ou feriados oficialmente estabelecidos pelas autoridades legais. A pesquisa de usos do tempo realizada em Belo Horizonte, ao contrário, evitou aqueles períodos atípicos e buscou concentrar a coleta dos dados em um período do ano relativamente comum, no qual é esperado que os indivíduos apresentem uma organização típica do seu cotidiano.

Na década de 90 houve o primeiro teste piloto utilizando a coleta de informações por telefone, estratégia utilizada no ATUS até os dias atuais.

1 Os bancos de dados e a documentação relativa ao ATUS (guia de uso, questionários, regras de codificação das variáveis e livro de códigos das atividades) possuem livre acesso através da página eletrônica do U.S. Bureau of Statistics

<http://www.bls.gov/tus/#data>.

2 A tese de doutoramento de Neubert (2011) apresenta o processo de adaptação e comparação entre informações de usos do tempo da pesquisa de 2001 em Belo Horizonte e do ATUS realizado em 2003 nos EUA. Uma parte crucial deste esforço comparativo passa inevitavelmente pela compatibilização dos sistemas de codificação das atividades registradas nos diários. Além disso, as variáveis socioeconômicas dos entrevistados das duas pesquisas foram também compatibilizados, permitindo a comparação plena das informações.

No fim daquela década e início dos anos 2000, o *survey* foi elaborado pelo próprio *U.S. Bureau of Labor Statistics* e foi iniciado oficialmente em 2003. Desde esta época a pesquisa vem sendo realizada de forma continuada, com base em uma amostra nacional que é selecionada a partir do grupo de domicílios que completam com sucesso o oitavo mês de participação no *Current Population Survey (CPS)*³.

O CPS inclui em seu universo amostral todos os indivíduos residentes nos EUA e que possuem 15 anos ou mais de idade. São excluídos do escopo, no entanto, os militares em atividade e as pessoas que vivem em hospitais, casas de saúde ou prisões. A amostra do CPS não é distribuída proporcionalmente igual entre todos os estados americanos. Para se manter a confiança das estimativas para todos os estados, para aqueles menos populosos é utilizada uma proporção maior da amostra nacional da CPS (*reliability requirement*). Contudo, a amostra do ATUS não possui este quesito. Ela é, por sua vez, obtida a partir de uma subamostra do CPS que é distribuída entre as unidades federativas aproximadamente igual à proporção da população nacional que cada qual representa.

O entrevistado é perguntado apenas uma vez sobre como utilizou seu tempo no dia anterior ao contanto telefônico, além de informar onde e na companhia de quem estava quando realizava as atividades. Como são escolhidos apenas os domicílios que participaram da CPS de forma continuada, espera-se uma maior adesão dos convidados, assim como menores custos com relação à composição amostral, resultando em uma capacidade de abrangência relativamente grande.

O ATUS utiliza a estratégia de abordagem antecipada com relação ao primeiro contato, por meio de uma carta e um folheto enviado aos indivíduos, com disponibilidade de versões em inglês e em espanhol. Além de

3 Em 2003, 3.375 domicílios que foram excluídos da amostra do CPS foram selecionados para participar do ATUS cada mês, aproximadamente 40.500 domicílios anualmente. A partir do mês de dezembro de 2003 houve uma redução de 35% (de 3.375 para 2.194 domicílios selecionados por mês) para adequar-se ao orçamento anual disponível para a pesquisa. A amostra mensal do ATUS é dividida em quatro painéis selecionados randomicamente, um para cada semana do mês. A amostra também é dividida entre dias de semana (10% da amostra para cada dia de semana) e dias de fim de semana (25% para cada dia de fim de semana). É randomicamente eleito um dia da semana para que a pessoa selecionada reporte sobre as atividades realizadas, tarefa que é realizada no dia posterior ao dia de referência (estratégia também conhecida como “entrevista do dia seguinte”).

dar explicações sobre a pesquisa, a carta dava ciência à pessoa selecionada no domicílio sobre a data na qual ela seria interpelada para a entrevista. Assim, diferentemente da Pesquisa dos Usos do Tempo em BH, que utilizou formulários de papel impresso, o ATUS utiliza o sistema CATI (*computer-assisted telephone interviewing*), o qual apresenta uma série de vantagens e desvantagens. Por exemplo, é possível minimizar o erro humano em várias etapas de organização e codificação das informações, dentre outras coisas. Contudo, esta estratégia demanda maior esforço de memória por parte do entrevistado, não possibilita o registro de atividades simultâneas e, por fim, seleciona apenas um dia para o entrevistado no domicílio responder sobre suas atividades ao invés de dois dias (um dia de semana e outro dia de fim de semana) ou todos os sete dias da semana.

Quanto à estratégia de recrutamento, somente a pessoa designada em cada domicílio é apta a responder. Não há possibilidade de um substituto ou de um representante responder no lugar do indivíduo selecionado. Quando não havia disponibilidade de telefone no domicílio ou quando o registro do contato do indivíduo não havia sido feito adequadamente na coleta prévia de dados do CPS, era enviada uma carta solicitando ao selecionado que entrasse em contato diretamente com a central. Como incentivo, o indivíduo participante recebia um cartão com créditos para realizar as ligações, o qual era liberado para uso assim que a entrevista estivesse completada, ressarcindo os custos do entrevistado relativos à comunicação com a central da pesquisa.

A entrevista do ATUS pode ser realizada com duas opções de idiomas: inglês ou espanhol. Ela corresponde a um misto de questões estruturadas e questões abertas, as quais são divididas em quatro grandes tópicos: a lista do domicílio, o diário de usos do tempo, questões diretas e uma seção relacionada à informação coletada na 8ª semana de entrevista ao CPS. Este último bloco, por sua vez, é dedicado a coletar informações sobre a situação na força de trabalho, a procura de emprego, sobre a ocupação, os rendimentos e a escolaridade. Estas questões servem, portanto, para confirmar ou atualizar as informações registradas pelo CPS. A partir deste processo são construídos diversos bancos de dados, os quais são combiná-

veis com o uso de variáveis específicas.

Em todos os blocos da entrevista o entrevistador utiliza um roteiro disponibilizado na tela do CATI, com base no qual ele registra as respostas. Na seção dedicada ao diário, o entrevistador utiliza a técnica de conversação, que representa a parte menos estruturada da entrevista. A referência, neste caso, é sempre o dia anterior, independente se aquele foi ou não um dia comum para o entrevistado. As atividades são registradas de acordo com intervalos de 30 minutos, porém, é possível diminuir este padrão caso o entrevistado seja capaz de reportar mais detalhadamente suas atividades. O entrevistador, por sua vez, é treinado para auxiliar o entrevistado a resolver os lapsos de memória e garantir o nível de detalhe suficiente para codificar a atividade de acordo com as categorias disponíveis.

O ATUS utiliza um sistema de códigos baseado originalmente no esquema de classificação utilizado pelo *Australian Bureau of Statistics 1997 time-use survey*, o qual foi revisado na fase de desenvolvimento do ATUS. O resultado é um sistema de três séries de dois dígitos cada, com a primeira série composta por 17 categorias gerais, cada qual tendo mais dois níveis de detalhamento. Os codificadores atribuem um código de seis dígitos para cada atividade: os primeiros dois dígitos representam a categoria mais geral e os dois últimos dígitos representam o terceiro e mais específico nível de detalhamento.

A Pesquisa “Educação e Uso do Tempo” em Juiz de Fora (2013/2015)

*Luiz Flávio Neubert
Fernando Tavares Júnior
Maurício de Souza Maciel*

A pesquisa em questão foi realizada pelos membros que compõem o grupo de pesquisa “Equidade, Políticas e Financiamento da Educação Pública” coordenado pelo Prof. Dr. Fernando Tavares Júnior (DCSO/UFJF) e apoiado financeiramente pelo Programa Observatório da Educação (OBE-DUC-CAPES/INEP). A equipe de pesquisa foi composta por dois coordenadores (os mesmos que são os autores desta obra), seis professores bolsistas da educação básica da rede municipal de Juiz de Fora e 13 bolsistas de iniciação científica. Corresponde a um estudo sobre a forma como alunos e professores da escola pública organizam e despendem seu próprio tempo diário em atividades as mais diversas. O registro foi realizado em um “diário de usos do tempo”, o qual percorre as 24h de um dia permitindo o registro das atividades realizadas, assim como a duração em minutos das mesmas. Os modelos aqui utilizados correspondem a adaptações dos diários utilizado na pesquisa de Belo Horizonte em 2001 (AGUIAR, 2010), mantendo a maioria das características dos originais. Além disso, há questionários que registram as características e opiniões dessas mesmas pessoas. O contexto familiar também foi parte do escopo da pesquisa e, para contemplá-lo, foi utilizado um questionário específico para caracterizar a unidade domiciliar da qual o aluno faz parte, contendo um conjunto de questões voltadas aos pais/responsáveis dos discentes. A seguir, tratare-

mos das características das duas escolas municipais que participaram da pesquisa. Na sequência, trataremos das estratégias e instrumentos utilizados no processo de levantamento das informações, da descrição dos dados dos alunos e, por fim, dos dados dos professores.

Características das duas escolas municipais participantes

As duas escolas se encontram em regiões distintas da cidade de Juiz de Fora (Minas Gerais, Brasil), porém, ambas estão localizadas em zona urbana e situadas em bairros populares. O resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)¹ em 2015 no município de Juiz de Fora para os anos iniciais (1º ao 5º Anos do Ensino Fundamental) foi de 4,9 (meta projetada: 5,4) e para os anos finais (6º ao 9º Anos do Ensino Fundamental) foi de 4,2 (meta projetada: 4,4).² No Estado de Minas Gerais em 2015 o resultado do IDEB foi de 6,1 para (meta: 5,9) para os anos iniciais e 4,6 (meta:4,8) para os anos finais do Ensino Fundamental.

As duas instituições de ensino municipais apresentam o Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas (INSE)³ idêntico, ambas categorizadas como “Médio Alto” em um espectro de sete categorias que vai de “Muito Baixo” a “Muito Alto”. Uma das escolas apresentava 46 docentes e 526 matrículas em 2016, atendendo a pré-escola, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. A outra escola apresentava 62 docentes e 798 matrículas em 2016, distribuídas entre anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

A escola com menor quantidade de matrículas e professores atingiu o resultado de 4,9 (meta:5,8) para o IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental e 5,2 (meta: 5,3) para os anos finais em 2015. Já a escola com maior número de matrículas e professores atingiu um IDEB de 5,3 (meta:5,2) para

1 O IDEB corresponde a um índice (os valores vão de 0 a 10) que permite mensurar a qualidade da educação brasileira ao combinar as taxas de aprovação com medidas de desempenho em Língua portuguesa e Matemática, possibilitando a comparação entre unidades federativas, municípios e escolas.

2 Fonte: IDEB/INEP.

3 O Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) das escolas é uma medida que combina posse de bens, renda e compra de serviços pelos membros do domicílio, além da escolaridade dos pais/responsáveis pelo aluno. O índice pode ser organizado em sete categorias ordenadas.

os anos iniciais e 3,1 (meta:4,7) para os anos finais do Ensino Fundamental também relativo a 2015.

Como podemos observar, as escolas possuem traços que as aproximam, como a característica da clientela que atendem e os níveis de escolarização aos quais se dedicam, mas se diferenciam em termos de tamanho (número de matrículas e de docentes) e de desempenho (aprovação e desempenho acadêmico dos alunos mensurados pelo IDEB).

Levantamento e organização das informações sobre alunos e professores

Da listagem inicial fornecida pela equipes gestoras de cada escola foram convidados todos os professores em exercício à época e todos os alunos das turmas de 5º e 9º Anos matriculados em 2013 nas duas escolas municipais participantes da pesquisa. Nesta coleta de 2013, entre professores e alunos utilizou-se o modelo de diário de uso do tempo *pós-codificado* com *intervalos de 10 minutos* (Apêndice V) que fora respondido sobre um dia de terça-feira (que representa um “dia de semana”) e sobre um dia de domingo (que representa um “dia de fim de semana”), ambos selecionados em uma semana de referência no mês de agosto.

Já em 2015 foram convidados apenas os alunos das turmas de 9º Ano. Nesta coleta foi utilizado o modelo de diário *pré-codificado* com *intervalos de 10 minutos* (Apêndice VI) e solicitado aos alunos que preenchessem sobre um dia de semana. Isso explica o fato de a pesquisa apresentar uma maior quantidade de levantamentos sobre as 24h de um dia de semana em comparação com a quantidade menor de diários que cobriram as 24h de duração de um dia de fim de semana.

Ao final da pesquisa, como demonstra as informações da tabela 1, foi possível traçar a representação de um dia de semana para 274 alunos (correspondente a 193 diários preenchidos na coleta de 2013 e 81 diários na coleta de 2015) e de um dia de fim de semana para 193 alunos (correspondente a 193 diários oriundos unicamente da coleta de 2013). Quanto aos professores, foram 93 participantes dos quais coletamos informações

em 168 diários, sendo 84 diários preenchidos em um dia de semana e 84 diários preenchidos em um dia de fim de semana na coleta de 2013. Dentre os 93 professores que aceitam participar da pesquisa, nove professores preencheram apenas o questionário socioeconômico e não quiseram preencher os diários.

TABELA 1 – Número de entrevistado e de diários preenchidos nas coletas de 2013 e de 2015 da Pesquisa Educação e Uso do Tempo em Juiz de Fora

Número de Entrevistados / Diários	Alunos		Professores	
	(n)	(%)	(n)	(%)
Coleta 2013	193	71	93	100
Coleta 2015	81	29	-	-
Coleta Total	274	100	93	100
Diários dia de semana	274	59	84	50
Diários dia de fim de semana	193	41	84	50
Total de Diários preenchidos	467	100	164	100

Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

Não somente os diários, mas, sim, um conjunto de formulários foram organizados em envelopes que continham o nome de cada aluno do lado externo para facilitar a distribuição nas salas de aula. No caso dos professores, evitamos a identificação no envelope para conseguirmos manter o sigilo das informações até o recolhimento pela equipe da pesquisa. Os instrumentos/formulários utilizados para coleta das informações e organização do campo de pesquisa foram os seguintes:

a) *Lista de controle* da amostragem contendo os nomes completos mais os códigos numéricos correspondentes para identificar de forma sigilosa cada aluno e professor em cada escola;

b) *Carta de Apresentação* e termo de consentimento para professores, alunos e responsáveis;

c) *Questionários* sobre características individuais e familiares;

d) *Diários de usos do tempo* (pré ou pós-codificados);

e) *Instruções de preenchimento do diário*.

Para cada grupo de entrevistados (professores ou alunos) foram organizados os respectivos conjuntos de materiais:

a) *Kit do Professor*: 1 questionário, 2 mini-diários de usos do tempo, envelope, lápis, borracha, caneta, carta de apresentação e instruções.

b) *Kit do Aluno*: 1 questionário para o aluno, diários de usos do tempo com intervalos de 10min., 1 questionário para os pais ou responsáveis pelo aluno (máximo 2 respondentes), envelope, lápis, borracha, caneta, relógio digital, instruções, carta de apresentação e TCLE⁴ para assinatura de um responsável.

A coleta das informações tanto em 2013 quanto em 2015 obedeceu à seguinte sequência de ações que ocorreram em cada escola simultaneamente:

- a) Apresentação da pesquisa aos professores em reunião específica;
- b) Apresentação da pesquisa aos alunos convidados e aquisição do consentimento dos responsáveis para participação na pesquisa;
- c) Entrega dos kits para alunos e professores;
- d) Plantões locais (em dias específicos durante o período de coleta das informações) e telefônicos (disponível durante todo o período de coleta) para dirimir as dúvidas de professores, alunos e responsáveis;
- e) Recolhimento dos instrumentos e verificação dos mesmos pela equipe de pesquisa junto aos alunos;
- f) Recolhimento dos instrumentos preenchidos pelos professores, os quais foram entregues de forma sigilosa (em envelope lacrado e sem identificação externa) aos colaboradores presentes em cada escola;
- g) Aplicação dos testes de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática para todos os alunos participantes da pesquisa para produzir uma medida de desempenho acadêmico comparável.

4 Todos os alunos tiveram que adquirir a autorização dos pais/responsáveis com base em um termo de consentimento livre esclarecido (TCLE), documento que apresenta os direitos do entrevistado, a garantia de sigilo das informações e a permissão para utilização das mesmas em trabalhos acadêmicos.

Todos os bolsistas de graduação que compunham a equipe de pesquisa passaram por treinamento em metodologia quantitativa com uso de programa estatístico (*software* para análise de bancos de dados). Com base nesse recurso foi dada sequência à preparação dos questionários e dos diários de usos do tempo, tais como: revisão detalhada do preenchimento, codificação⁵ e grifo das respostas selecionadas, elaboração da estrutura do banco de dados de acordo com os formulários de coleta e digitação das informações em matrizes (Apêndices IX, X e XI) nas quais as colunas (*eixos verticais*) representam as *variáveis* (sexo, idade, etc.) contidas nos instrumentos e as linhas (*eixos horizontais*) correspondem aos *casos* (cada aluno, professor ou episódio de usos do tempo) e suas respectivos registros das respostas.

Nos Apêndices VII e VIII apresentamos exemplos de páginas de diário de uso pré e pós-codificados preparados pela equipe de pesquisa para a fase de digitação nas matrizes de variáveis/casos. No caso dos diários pós-codificados, os alunos bolsistas foram responsáveis por identificar os códigos das atividades registradas (com base em códigos de 3 dígitos – maior nível de detalhe possível – anotados pelo membro da equipe de pesquisa ao lado do registro feito pelo entrevistado), codificar o contexto (onde e com quem se realizou cada atividade) e destacar cada episódio de uso do tempo (sequência numérica anotada na margem esquerda pelo membro da equipe) de acordo com a coluna de horários, para calcular a duração em minutos (Apêndice VII).

Os diários pré-codificados, por serem mais estruturados e menos flexíveis, permitem um registro mais simplificado das atividades (já que não é necessário que o entrevistado anote as atividades, pois elas já se encontram elencadas previamente) e, consequência disso, são também mais facilmente codificáveis (Apêndice VIII). Esse segundo modelo de diário possibilita, portanto, uma grande economia de esforços por parte da equipe de pesquisa, contudo, transfere desta para o entrevistado a delicada tarefa de

5 A codificação das atividades nos diários de uso do tempo é uma das tarefas mais delicadas e complexas desta etapa do processo de organização das informações coletadas. Utilizamos o sistema de codificação elaborado para a Pesquisa de Uso do Tempo de Belo Horizonte de 2001, o qual tem 10 categorias gerais como apresentado no capítulo 1, para classificar as atividades preenchidas nos diários da Pesquisa “Educação e Usos do Tempo” de Juiz de Fora (2013/2015).

adequação entre a atividade realizada (Ex. “assistindo TV”) e sua respectiva codificação (escolha da categoria n.14 do diário pré-codificado – “TV, DVD, rádio e música”).

Cada formulário de coleta (seja questionário, diário de uso do tempo ou lista de amostragem) gera um banco de dados específico que pode ser relacionado aos demais por meio do emparelhamento das *variáveis de identificação* dos entrevistados e das escolas. O uso desta estratégia permite mover e combinar casos ou variáveis entre os bancos de dados, o que possibilita os cruzamentos das informações coletadas nos diversos formulários de coleta.

Análise das informações sobre alunos

Segundo os dados da tabela 2, dentre os alunos que participaram da Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015) estão 41% oriundos de turmas de 5º Ano e 59% de turmas de 9º Ano do Ensino Fundamental, matriculados em duas escolas municipais do município de Juiz de Fora (Minas Gerais, Brasil) já descritas anteriormente. A maioria (89%) relatou que não realizava trabalho pago/remunerado à época da coleta das informações. Quanto àquilo que é um indicador de *status* familiar (elementos que conferem honra social e prestígio), 59% dos alunos moram com um chefe de família que se escolarizou até o nível do segundo grau incompleto enquanto os demais (41%) moram com um chefe de família mais escolarizado (ou seja, que possui certificado de segundo grau completo ou uma escolarização maior ainda).

TABELA 2 – Características dos alunos de 5º e 9º anos das duas escolas participantes (2013/2015) da Pesquisa Educação e Uso do Tempo em Juiz de Fora*

VARIÁVEIS	(%)	
Ano/série em curso	5º Ano E.F.	41%
	9º Ano E.F.	59%
Sexo	Masculino	43%
	Feminino	57%
Realiza trabalho pago	Sim	11%
	Não	89%
Raça/cor	não branco	61%
	Branco	39%
Escolaridade do/a Chefe Família	até segundo grau incompleto	59%
	segundo grau completo ou mais	41%

* Diários de usos do tempo preenchidos por alunos do Ensino Fundamental (5º e 9º Anos). n=274. Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

Tendo descrito as características da *amostragem não probabilística*⁶ de alunos, tratemos a seguir dos usos do tempo destes mesmos em um dia de semana (Gráfico1) e em um dia de fim de semana (Gráfico 2). De acordo com o gráfico 1, os alunos despendem em média 631 minutos com “cuidados pessoais”⁷, 277 minutos em atividades de “estudos”⁸, 44 minutos com os “cuidados da casa e a família”⁹ e 88 minutos em deslocamentos entre as atividades diárias (a pé, ônibus, bicicleta, carro ou outro meio de locomoção) em um dia de semana.

Quanto às atividades de tempo livre e lazer, destacamos “hobbies e jogos”, categoria que inclui o tempo despendido na *internet* para diversão e comunicação nas chamadas “redes sociais”, correspondente à média de

6 Isso significa que não podemos generalizar os resultados desta pesquisa para a população mais geral de alunos das mesmas séries/anos de Juiz de Fora.

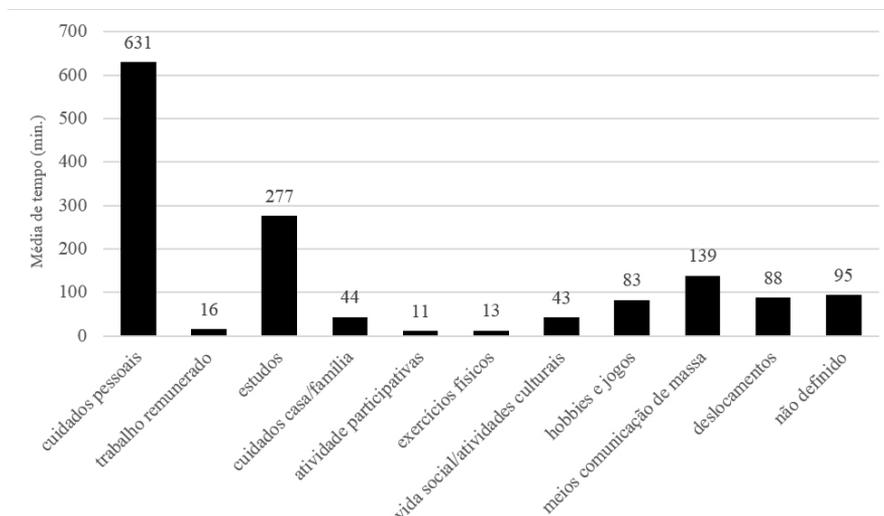
7 Tempo gasto com sono, alimentação e cuidados de higiene pessoal.

8 Tempo gasto em sala de aula, aulas-extra, dever de casa e outras participações em cursos e treinamentos.

9 Tempo gasto com tarefas domésticas (varrer, lavar, secar, limpar, passar roupa, organizar, etc.), auxílio a outros membros do domicílio (idosos, doentes, crianças), cuidado com animais, manutenção e pequenos reparos.

83 minutos, e o “uso de meios de comunicação de massa”¹⁰ com uma média de 139 minutos.

GRÁFICO 1 – Média de tempo em um dia de semana (minutos) das categorias de atividades para alunos de 5º e 9º anos de duas escolas municipais de Juiz de Fora.



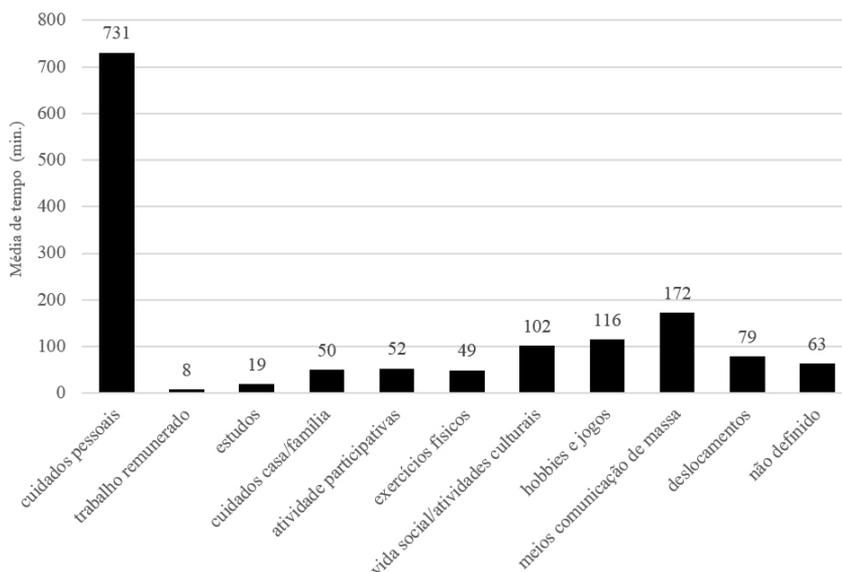
Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

As informações contidas no gráfico 2, por seu turno, demonstram que esses mesmos alunos aumentam o tempo dedicado aos “cuidados pessoais” (média de 731 minutos) em um dia de fim de semana, pois em geral gastam mais tempo dormindo. O mesmo acontece com as atividades de tempo livre e de lazer, tais como “atividades participativas” (52 minutos), “exercícios físicos” (49 minutos), “vida social/atividades culturais” (102 minutos), “hobbies e jogos” (116 minutos) e uso de “meios de comunicação de massa” (172 minutos) quando olhamos para um dia de fim de semana.

Quanto às atividades de “estudos”, em um dia de fim de semana os alunos diminuem o tempo gasto já que não frequentam aulas obrigatórias do calendário escolar nestes dias. Contudo, mantém mesmo assim uma média de 19 minutos dedicados às atividades incluídas nesta categoria de

¹⁰ Ouvir música, assistir televisão, ler jornal ou revista, assistir a um filme em casa, etc.

GRÁFICO 2 – Média de tempo em um dia de fim de semana (minutos) das categorias de atividades para alunos de 5º e 9º anos de duas escolas municipais de Juiz de Fora.



Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

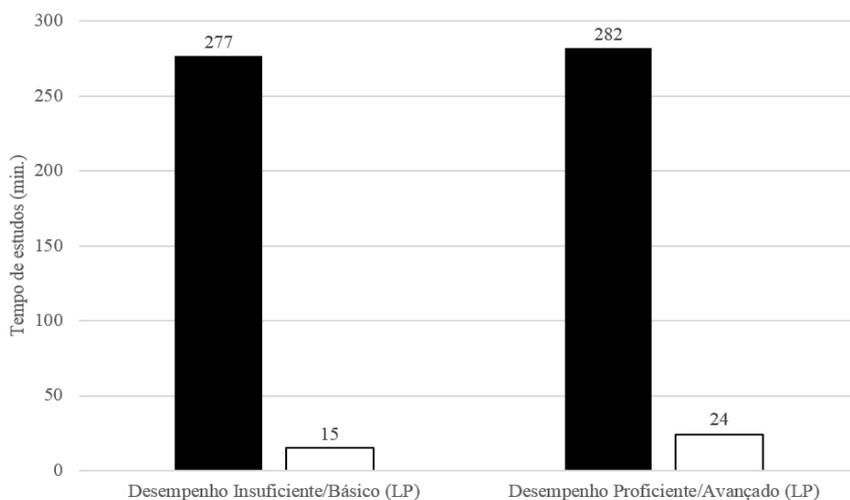
Como afirmado anteriormente, a principal inovação da Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015) se trata da possibilidade de cruzamento entre dados de usos do tempo e dados de proficiência dos alunos. Os gráficos 3 e 4 apresentam esses resultados como médias de tempo dedicado à categoria “estudos” (tanto em um dia de semana quanto em um dia de fim de semana) para as duas categorias ordinais que agregam os pontos da escala de proficiência¹¹ dos alunos tanto para a dis-

11 As categorias de proficiência variam de acordo com a série/ano que o aluno frequenta e com as disciplinas (Matemática ou Língua Portuguesa). Tendo em vista este detalhe, foram utilizadas as seguintes categorias e os respectivos intervalos da escala são: “Desempenho Insuficiente/Básico em Língua Portuguesa 5º Ano”: 0 a 199 pontos; “Desempenho Proficiente/Avançado em Língua Portuguesa 5º Ano”: 200 pontos ou mais; “Desempenho Insuficiente/Básico em Matemática 5º Ano”: 0 a 224 pontos; “Desempenho Proficiente/Avançado em Matemática 5º Ano”: 225 pontos ou mais; “Desempenho Insuficiente/Básico em Língua Portuguesa 9º Ano”: 0 a 274 pontos; “Desempenho Proficiente/Avançado em Língua Portuguesa 9º Ano”: 275 pontos ou mais; “Desempenho Insuficiente/Básico em Matemática 9º Ano”: 0 a 299 pontos; “Desempenho Proficiente/Avançado em Matemática 9º Ano”: 300 pontos ou mais.

ciplina de Matemática quanto para a de Língua Portuguesa.

Assim, segundo o gráfico 3, os alunos de 5º e 9º Anos com maior proficiência em Língua Portuguesa (Desempenho Proficiente/Avançado) dedicam mais tempo em atividades da categoria “estudos” em relação aos que apresentaram menor proficiência (Desempenho Insuficiente/Básico) nesta disciplina, tanto para um dia de semana (média de 5 minutos a mais) quanto para um dia de fim de semana (média de 9 minutos a mais).

GRÁFICO 3 – Média de tempo (em minutos) dedicado à atividade de “Estudos” em um dia de semana (barras pretas) e um dia de fim de semana (barras brancas) de acordo com as categorias de proficiência em Língua Portuguesa para alunos de 5º e 9º anos.

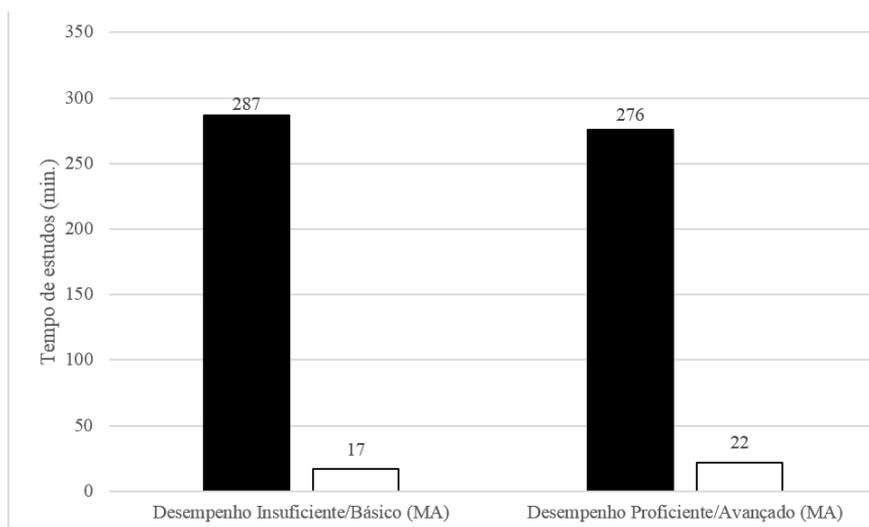


Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

Quando se trata da proficiência em Matemática, de acordo com o gráfico 4, os alunos com menor proficiência despendem em média 11 minutos a mais com a categoria “estudos”, em um dia de semana, em comparação àqueles que apresentaram maior proficiência nesta disciplina. Já em um dia de fim de semana, os alunos com maior proficiência é que despendem mais tempo com as atividades de “estudos”, em média 9 minutos

a mais do que aqueles que apresentaram menor proficiência em Matemática. Devemos observar, entretanto, somadas as médias para os dois períodos da semana, os alunos de maior proficiência em matemática passam mais tempo dedicados aos estudos do que os demais.

GRÁFICO 4 – Média de tempo (em minutos) dedicado à atividade de “Estudos” em um dia de semana (barras pretas) e um dia de fim de semana (barras brancas) de acordo com as categorias de proficiência em Matemática para alunos de 5º e 9º anos.



Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

Quanto ao cruzamento das categorias de usos do tempo com as características dos alunos (descritas na tabela 3, apresentada no início desta seção), destacamos os gráficos 5, 6 e 7 com as médias para as categorias de “estudos”, “cuidados com a casa/família” e tempo livre¹², respectivamente.

Quando se trata da categoria “estudos”, o gráfico 5 indica que alunos do sexo masculino despendem mais tempo em atividades de estudos em um dia de semana em comparação com as alunas, relação esta que se inverte em um dia de fim de semana. Ao atentarmos para o trabalho

¹² Junção das categorias “atividades participativas”, “vida social/atividades culturais”, “exercícios físicos”, “hobbies e jogos”, “uso de meios de comunicação de massa”

doméstico (categoria “cuidados da casa/família – Gráfico 6), as alunas despendem o dobro da média de tempo despendido pelos alunos do sexo masculino em um dia de semana e mais do que o dobro em um dia de fim de semana.

O balanço entre estudos e tarefas domésticas favorece mais a qualidade de vida dos alunos do sexo masculino na medida em que estes revertem uma grande parte do seu dia para dedicarem-se às atividades de tempo livre, como demonstrado no gráfico 7. Podemos observar, portanto, que todos os alunos chegam a quase dobrar a quantidade de tempo despendido em atividades de tempo livre entre os períodos da semana. Contudo, alunos do sexo masculino apresentam em média 75 minutos em um dia de semana e 94 minutos em um dia de fim de semana a mais em comparação com as alunas.

Esse quadro se intensifica na faixa etária adulta quando se trata da divisão sexual do trabalho doméstico (AGUIAR, 2011; SOUZA, 2007; SOUZA, AGUIAR, NEUBERT, 2005). As mulheres casadas apresentam uma relação inversa entre dedicação ao trabalho doméstico e dedicação ao tempo livre se comparadas aos homens casados. Quando se dedicam às atividades de lazer, por exemplo, em geral as mulheres estão na companhia de um familiar (não somente os filhos) enquanto os homens tendem a praticar atividades de lazer sozinhos ou com os amigos (NEUBERT; SOUZA, 2014).

Essa diferença de comportamento relativa ao uso do tempo e suas respectivas responsabilizações e obrigações é compreendida como um elemento natural da organização do cotidiano das famílias brasileiras. Assim, corrobora-se o ideal social tradicional de que o contexto domiciliar é um espaço próprio da ação feminina, como sugere as abordagens quantitativas e qualitativas do fenômeno (AGUIAR, 2011; SOUZA, 2007; SOUZA, AGUIAR, NEUBERT, 2005).

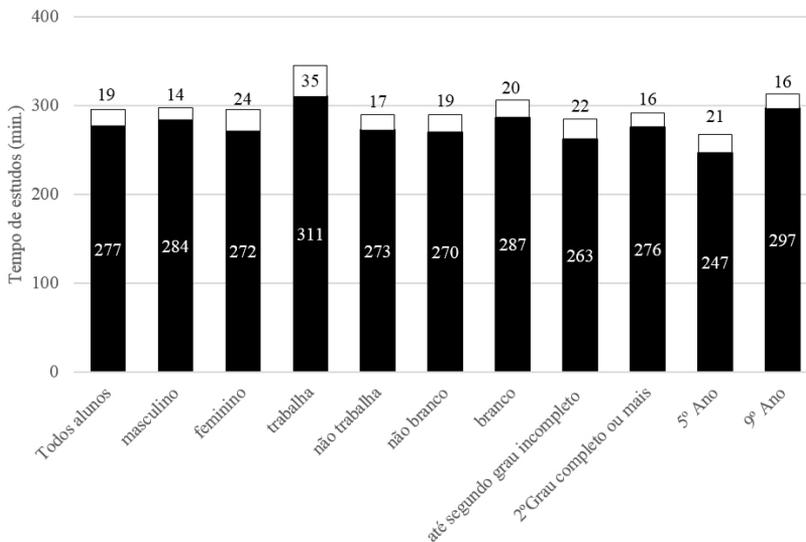
Quando se separa os alunos entre brancos e não brancos, o primeiro grupo apresenta em média 17 minutos a mais dedicados a estudos em um dia de semana em relação ao segundo grupo de alunos (Gráfico 5). Em um dia de fim de semana esta diferença entre os grupos decresce para um minuto apenas. Os alunos não brancos despendem mais tempo do que os

brancos em tarefas domésticas (Gráfico 6) e em atividades de tempo livre e lazer (Gráfico 7) nos dois períodos da semana.

Quando a comparação leva em conta a escolaridade do/da chefe de família do domicílio em que o aluno reside, aqueles que moram com os adultos mais escolarizados (chefe de família que possui segundo grau completo ou mais de escolaridade) se dedicam mais às atividades de estudos (Gráfico 5) do que os alunos que moram com os menos escolarizados (chefe de família que possui segundo grau incompleto ou menos de escolaridade) em um dia de semana. Essa situação se inverte em um dia de fim de semana, contudo, quando somados o tempo médio em um dia de semana e em um dia de fim de semana para esta categoria de atividades, os alunos que moram com chefes de família mais escolarizados continuam apresentando uma dedicação superior, em termos de quantidade de tempo, às atividades de estudos em comparação com os demais.

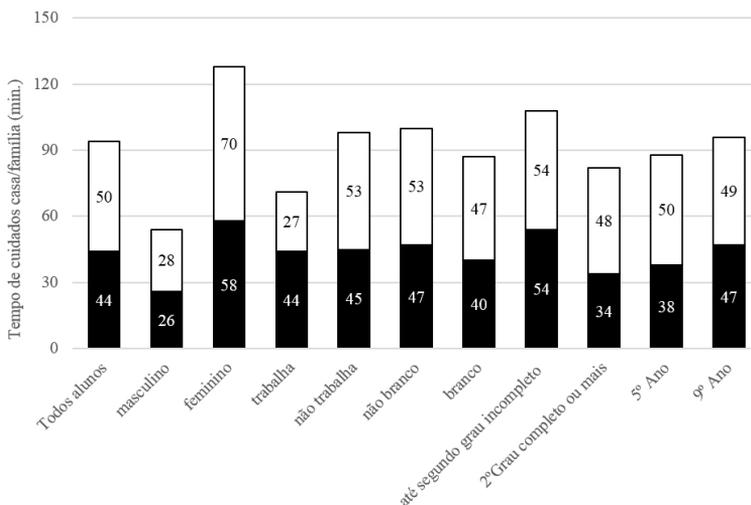
Os alunos que confirmaram a participação em atividades de trabalho remunerado, à época do registro nos diários, dedicam mais tempo às atividades de estudos (Gráfico 5) do que aqueles que afirmaram que não trabalhavam. Eles se dedicam com a mesma intensidade às tarefas domésticas quando se observa um dia de semana, porém, se dedicam menos do que aqueles que não trabalham quando se observa a média em um dia de fim de semana (Gráfico 6). Além disso, os que trabalham se dedicam menos às atividades de tempo livre e lazer tanto em um dia de semana quanto em um dia de fim de semana (Gráfico 7), nos indicando que entre os alunos que entrevistamos o prejuízo gerado por atividades de trabalho recaem mais sobre o tempo livre do que sobre o tempo dedicado aos estudos. São as atividades de lazer e de divertimento, portanto, que são sacrificadas em

GRÁFICO 5 – Média de tempo (em minutos) dedicado à atividade de “Estudos” em um dia de semana (barras pretas) e um dia de fim de semana (barras brancas).



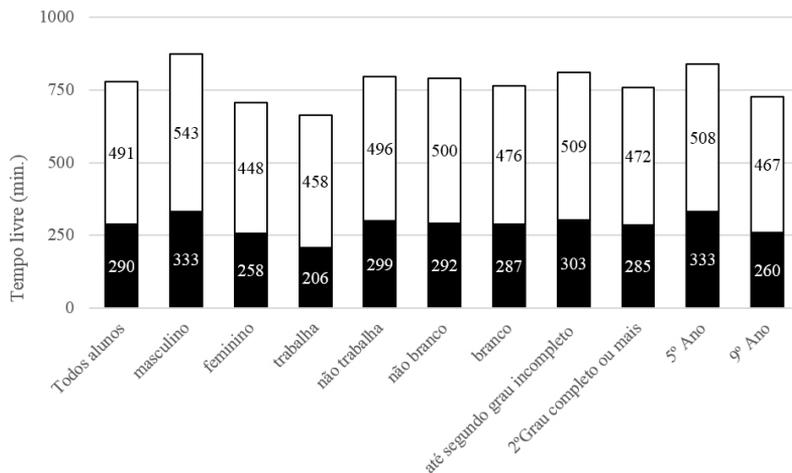
Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

GRÁFICO 6 – Média de tempo (em minutos) dedicado a atividades de “Cuidados da casa e à família” em um dia de semana (barras pretas) e um dia de fim de semana (brancas).



Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

GRÁFICO 7 – Média de tempo (em minutos) dedicado a atividades de “Tempo livre” em um dia de semana (barras pretas) e um dia de fim de semana (barras brancas).

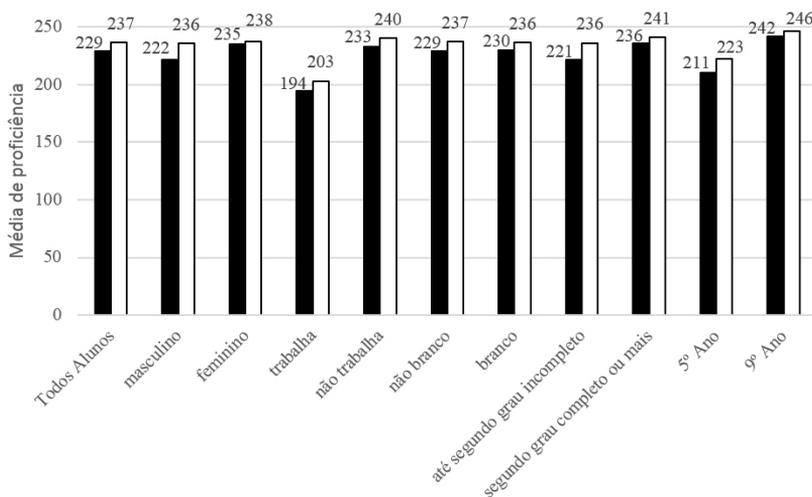


Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

O gráfico 8 contém as médias de pontuação de proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática de acordo com as características dos alunos. Podemos ver que apesar da carga de tarefas domésticas que as alunas executam, elas apresentam médias de proficiência acima daquelas atingidas pelo grupo de alunos do sexo masculino.

Aqueles que não trabalhavam apresentam médias superiores de proficiência, mesmo que estes se dediquem menos a atividades ligadas aos estudos tanto em um dia de semana quanto em um dia de fim de semana. Tal fato indica que os alunos que não trabalham conseguem melhores resultados gastando menos tempo em atividades ligadas aos estudos, ou seja, eles apresentam um rendimento acadêmico melhor mesmo contando com um investimento menor em termos de tempo.

GRÁFICO 8 – Média de proficiência em Português (barras pretas) e Matemática (barras brancas) cruzadas com as características dos alunos.



Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

Análise das informações sobre professores

Na coleta de informações realizada em 2013 também foram convidados como entrevistados os professores que se encontravam em exercício nas duas escolas municipais participantes da pesquisa¹³ no período de coleta. Uma breve caracterização sobre eles se encontra na tabela 4 abaixo. Segundo esta, podemos afirmar que a maioria dos docentes entrevistados são do sexo feminino (86%), possuem filhos (67%) e se escolarizaram até nível de pós-graduação (78%), sendo que os demais (22%) possuem o nível da graduação apenas.

¹³ Também como ocorre com a amostra de alunos da Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015), as informações sobre os professores aqui analisadas não podem ser generalizadas para a população de professores da rede municipal de Juiz de Fora, pois trata-se de uma amostragem não probabilística.

TABELA 3 – Características dos professores das duas escolas que participaram em 2013 da Pesquisa Educação e Uso do Tempo em Juiz de Fora*

VARIÁVEIS	(%)	
Experiência na rede municipal de JF	até 15 anos	54%
	mais de 15 anos	46%
Sexo	Masculino	14%
	Feminino	86%
Possui Filhos	Sim	67%
	Não	33%
Raça/cor	não branco	32%
	Branco	69%
Escolaridade	graduação	22%
	pós-graduação	78%

*Professores de duas escolas municipais de Juiz de Fora (2013). n=93. Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

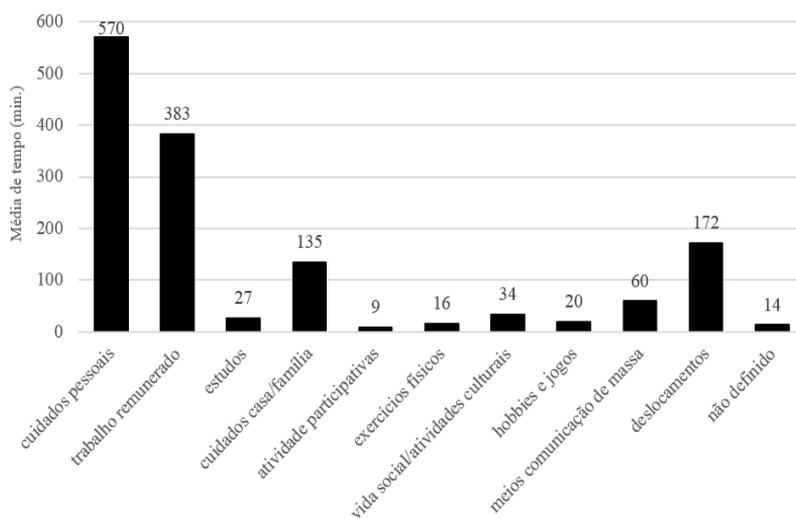
Podemos observar, com base nos gráficos 9 e 10, as médias de usos do tempo e perceber que os professores despendem a maior parte de suas 24 horas (assim como ocorre com os alunos) em atividades de “cuidados pessoais” (média de 570 e 722 minutos, respectivamente em um dia de semana e em um dia de fim de semana). Em seguida eles se dedicam ao “trabalho remunerado” (média de 383 e 45 minutos, respectivamente em um dia de semana e em um dia de fim de semana), aos “cuidados com a casa e a família” (média de 135 e 169 minutos, respectivamente em um dia de semana e em um dia de fim de semana) e despendem tempo em “deslocamentos (172 minutos em um dia de semana e 65 minutos em um dia de fim de semana).

Enquanto por um lado os professores despendem pouco tempo em atividades de tempo livre e lazer em um dia de semana por conta do peso das obrigações relacionadas ao trabalho pago, às tarefas domésticas e os consequentes deslocamentos no meio urbano, em um dia de fim de semana eles conseguem se dedicar mais a atividades inclusas nas categorias

“vida social/atividades culturais” (média de 147 minutos a mais) e uso de “meios de comunicação de massa” (média de 65 minutos a mais). Segundo outros estudos realizados (NEUBERT; MONT’ALVÃO; TAVARES, 2016; NEUBERT, 2011; NEUBERT, 2006), os indivíduos inseridos no mercado de trabalho e que possuem alto grau de qualificação e escolarização desfrutam de uma divisão “tradicional” da semana entre dias de trabalho e obrigações (dias de semana) e dias de descanso e alívio das obrigações (dias de fim de semana). Por outro lado, indivíduos menos qualificados e escolarizados, que estejam inseridos no mercado de trabalho, não desfrutam desta diferença entre os períodos da semana, para os quais esta fronteira simbólica é muito mais tênue.

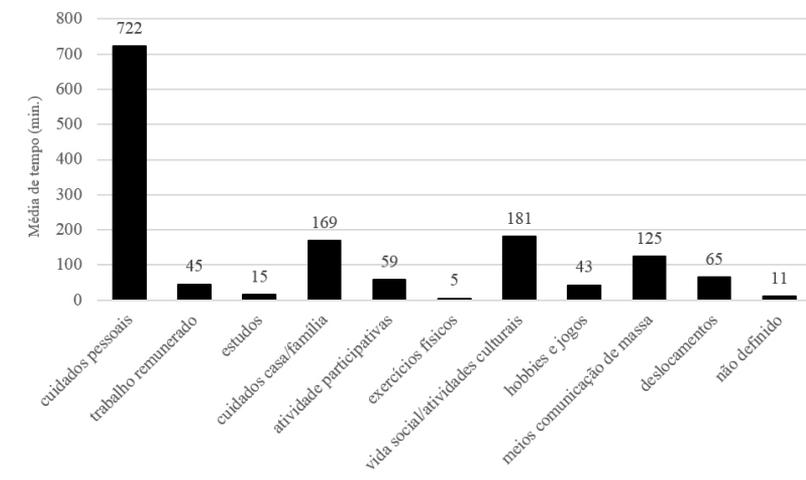
Devemos também notar que as atividades relativas à categoria de “estudos” (27 minutos em um dia de semana e 15 minutos um dia de fim de semana em média) são pouco representativas no cotidiano docente, indicando que para além daquilo que o trabalho remunerado impõe ao professor não há dedicação deles próprios a atividades que proporcionem a aquisição de novas habilidades e competências, sejam elas ligadas à área da educação ou a qualquer outra área do conhecimento técnico e científico.

GRÁFICO 9 – Média de tempo (em minutos) em um dia de semana das categorias de atividades para professores de duas escolas municipais de Juiz de Fora (2013).



Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

GRÁFICO 10 – Média de tempo (em minutos) em um dia de fim de semana das categorias de atividades para professores de duas escolas municipais de Juiz de Fora (2013).



Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

Considerações Finais

Este capítulo teve como principal intenção registrar a experiência de aplicação da técnica dos diários de usos do tempo entre alunos e professores da educação formal brasileira, com foco na rede pública de ensino. Tanto para os acadêmicos interessados no tema, quanto para os profissionais da área da educação preocupados com a questão da qualidade da aprendizagem, o conhecimento do cotidiano daqueles que produzem o processo educacional (professores) e daqueles que motivam tal processo (alunos) corresponde a um passo fundamental na direção de uma compreensão mais profunda da realidade oculta e banalizada das escolas brasileiras.

Da discussão sobre o desempenho acadêmico dos alunos e a inevitável triangulação entre os fatores associados à escola, à família e ao esforço individual do discente, devemos estar atentos aos processos sociais de

produção e reprodução das desigualdades. Vimos, por exemplo, qual é o peso de ser do sexo feminino e inevitavelmente desenvolver, desde o início da adolescência, fortes laços de obrigação com outros familiares e com as tarefas domésticas. Por outro lado, vimos também que o fato de o aluno realizar atividades de trabalho pago traz prejuízos para um conjunto de atividades fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, físico e social da criança e do adolescente, quais sejam, as atividades de tempo livre e lazer.

Notamos, enfim, que alunos mais proficientes passam mais tempo estudando em relação aos demais. Para além das influências da escola e dos adultos que participam do processo de socialização dos alunos, deve-se estar atento para a importância do esforço individual para a aprendizagem de conteúdos escolares.

Quanto aos professores, percebemos que as rotinas ligadas às tarefas domésticas, deslocamentos e trabalho pago dominam os chamados “dias úteis”. Todavia, nos finais de semana estes profissionais conseguem se dedicar mais a atividades de lazer, o que permite equilibrar o balanço entre o tempo dedicado às obrigações e o tempo dedicado a si mesmo e à autossatisfação.

O que não seria marcante no dia a dia do professor é o esforço de qualificação, aperfeiçoamento e aprimoramento enquanto se está exercendo o cargo de docência. A expectativa seria a de que aqueles profissionais ligados mais diretamente ao processo educacional estivessem a par das atualizações tão dinâmicas das diversas ciências humanas e ciências da natureza. O quadro que nossos dados sugerem é outro, qual seja, de uma baixa adesão a atividades da categoria “estudos” tanto em um dia de semana quanto em um dia de fim de semana. Esse se revela como um ponto crítico para as políticas públicas educacionais e, possivelmente, uma promissora possibilidade de mudança, já que este é um fator interno à escola e às redes de ensino que pode ser diagnosticado e alterado, o que não seria imediatamente viável quando se trata dos fatores externos à escola, tais como as desigualdades de gênero, a ocorrência de trabalho infanto-juvenil ou as desvantagens da origem social.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Neuma. Mudanças no uso do tempo na sociedade brasileira. *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, n.34, abril. 2011.

_____. Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil. *Revista Econômica*, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.64-82, junho. 2010.

_____. *Múltiplas temporalidades de referência: trabalho doméstico e trabalho remunerado em uma plantação canavieira*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. (Textos Sociologia e Antropologia n.53)

APPLE, M. W. *Ideologia e Currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BECKER, Gary. *Human Capital: a Theoretical and Empirical Analysis with Special reference to Education*. Nova York: Columbia University Press, 1964.

BITTMAN, Michael. The land of the lost weekend? Trends in free time among working age australians 1974-1992. *SPRC Discussion Paper*, Sydney, jun. 1998.

BOUDON, Raymond. *Efeitos perversos e ordem social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BOUDON, Raymond. *Effets Pervers et Ordre Social*. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *La Distinction*. Critique sociale du jugement. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

CASTORIADIS, Cornelius et al. *A Criação Histórica*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1992.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. (3ª. ed.). Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1991.

CASTRO, V. & TAVARES JÚNIOR, F. Jovens em contextos sociais desfavoráveis e sucesso escolar no Ensino Médio. *Educação e Realidade*, v.41, n.1, pp. 239-258, 2016.

DAL ROSSO, Sadi dal. Jornada de trabalho: duração e intensidade. *Ciências e Cultura*, São Paulo, v.58, n.4, Out-Dez. 2006.

_____. Working time in Brazil: past experience and recent changes. *Time & Society*, Londres, v.11, n.1, pp.67-8. 2002.

DURKHEIM, Émile. Sociologia da religião e teoria do conhecimento. In: *A sociologia de Durkheim*. Ed. Ática: São Paulo, 1981.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Ed. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1998.

ESQUIVEL, Valeria. *Uso del Tiempo em la Ciudad de Bueno Aires*. Los Polvorines: Univ. Nacional de General Sarmiento, 2009.

FISCHER; ROBINSON. Daily Life in 23 Countries. *Social Indicators Research*, n.101, p.295-304, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Editora Cortez, 1984. 1ª ed.

GERSHUNY, Jonathan. What do we do in post-industrial society? The nature of work and leisure time in 21st century. *Working Papers ISER*, Colchester, n.7. 2005.

_____. Veblen in reverse: evidence from the Multinational Time-Use archive. *Social Indicators Research*, v.93, no.1, pp. 37-45, Ago. 2009.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. Ed. Martins Fontes: São Paulo, 2003.

_____. *As consequências da modernidade*. Ed. Unesp: São Paulo, 1991.

GRANOVETTER, Mark S. *Getting a job: a study of contacts and careers*. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1974.

HIRSCH, Fred. *Limites Sociais do Crescimento*. (Trad.: Waltensir Dutra). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

HIRSCH, Fred. *Social Limits to Growth*. London: Routledge & Kegan Paul, 1977.

PENTLAND, W. et al. *Time use research in the social sciences*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 1999.

LARSON, Reed. VERMA, Suman. How children and adolescents spend time across the world: work, play and developmental opportunities. *Psychological Bulletin*, v.125, n.6, 1999.

MARX, Karl. *O capital (Livro I): o processo de produção do capital*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização, 1975.

MEADOWS, Donella H. et al. *The Limits do Growth*. New York: Universe Books, 1972.

MONT´ALVÃO, Arnaldo. *Deslocamentos urbanos e desigualdades sociais: um estudo do movimento diário da população de Belo Horizonte*. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

NASH, John. *Non-Cooperative Games*. Annals of Mathematics, Second Series, 54, no. 2 (1951): 286-95

NEUBERT, L.F. Distinções sociais e usos do tempo para lazer. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v.8, n.2, jul/dez. 2013.

_____. *Desigualdade Social e o Uso do Tempo: um estudo sobre os determinantes do tempo de trabalho remunerado e do tempo livre entre indivíduos adultos inseridos no mercado de trabalho em uma cidade brasileira e nas regiões metropolitanas norte-americanas*. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

_____. *Atividades diárias e desigualdade social: um estudo sobre o tempo de lazer e o tempo de trabalho remunerado em Belo Horizonte*. 2006. 90 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

NEUBERT, L. F. MONT´ALVÃO, A. Conceitos de ‘tempo’ no pensamento sociológico. *Argumentos* (Unimontes), v. 9, p. 45-58, 2014.

NEUBERT, L.F. MONT´ALVÃO, A. TAVARES, F. Estratificação social e uso do tempo: um estudo sobre os indivíduos inseridos no mercado de trabalho. *Civitas*, Porto Alegre, v.16, n.2, abr/jun. 2016.

NEUBERT, L.F. SOUZA, Márcio. Concepções morais e valores na contemporaneidade: um estudo sobre o trabalho e lazer na perspectiva de gênero. In: Andréa Maria Narciso Rocha de Paula; Maria da Luz Alves Ferreira. (Org.). *Entre o rural e urbano: perspectivas das ciências sociais*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2014.

PETITAT, André. *Produção de Escola / Produção de Sociedade: análise sócio histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

ROBINSON, John. MARTIN, Steve. Changes in american dilay life: 1965-2005. Social. *Social Indicadores Research*, v.93, pp.47-56. 2009.

SCHULTZ, Theodore W. *The economic value of education*. Nova York, Columbia University Press, 1963.

SCHOR, Juliet. *The overworked American: the unexpected decline of leisure*. New York: Basic Books, 1992.

SOUZA, Amaury de. *As 24 horas do dia do carioca*. Rio de Janeiro, [1976]. Relatório de pesquisa apresentado ao IUPERJ. Não publicado.

SOUZA, Márcio Ferreira de. *A percepção do tempo na vida cotidiana sob a perspectiva de gênero: o dia-a-dia em Belo Horizonte*. 2007. 208 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SOUZA, Márcio; NEUBERT, Luiz; AGUIAR, Neuma. Um estudo da percepção de usos do tempo sob a perspectiva de gênero. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 8, p. 53-69, 2005.

SZALAI, A. *The Use of Time: Daily Activities of Urban and Suburban Populations in Twelve Countries*. The Hague: Mouton, 1972.

TAVARES JUNIOR, Fernando. *Reprodução e mudança social: Debates em Sociologia da Educação*. *Teoria e Cultura*, v. 11 n. 1, pp 23-43, jan/junh. 2016.

TAVARES JUNIOR, Fernando. *Limites Sociais da Educação no Brasil: estratificação, mobilidade social e ensino superior*. 273 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TAVARES JUNIOR, Fernando. *Saber fazer ou saber pensar*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2000.

THOMPSON, E.P. Tempo, Disciplina de trabalho e o Capitalismo Industrial. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Ed. Schwarcz, 1998. pp. 267-304.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia e outros escritos*. TRAGTENBERG, Maurício (Org.). São Paulo: Abril Cultural, 1974.

WILLIS, Paul. *Aprendendo a ser trabalhador*. Escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

Sítios virtuais de referência

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO – CAPES/INEP (OBEDUC)

<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/observatorio-da-educacao>

AMERICAN TIME USE SURVEY (ATUS)

<http://www.bls.gov/tus/#data>

BIBLIOTECA DIGITAL DA UFMG - DISSERTAÇÕES E TESES

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/1>

CENTER OF TIME USE RESEARCH

<https://www.timeuse.org/>

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF TIME USE RESEARCH (IATUR)

<https://www.iatur.org>

MTUS – MULTINATIONAL TIME USE STUDY

<https://www.timeuse.org/mtus>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP)

<http://www.inep.gov.br/>

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)

<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

<https://www.ibge.gov.br>

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD)

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40

APÊNDICE I - Exemplo de uma página do Diário Pós-codificado com intervalos de 10 minutos

Hora	O que você está fazendo? (Atividade principal)	Hora	Onde?		Com quem?					
			Em casa	No avião	Outro lugar	Sózinho (s)	Com pessoas da família	Com pessoas conhecidas	Com pessoas desconhecidas	
10:01-10:10		10:01-10:10								
10:11-10:20		10:11-10:20								
10:21-10:30		10:21-10:30								
10:31-10:40		10:31-10:40								
10:41-10:50		10:41-10:50								
10:51-11:00		10:51-11:00								
11:01-11:10		11:01-11:10								
11:11-11:20		11:11-11:20								
11:21-11:30		11:21-11:30								
11:31-11:40		11:31-11:40								
11:41-11:50		11:41-11:50								
11:51-12:00		11:51-12:00								
12:01-12:10		12:01-12:10								
12:11-12:20		12:11-12:20								
12:21-12:30		12:21-12:30								
12:31-12:40		12:31-12:40								
12:41-12:50		12:41-12:50								
12:51-13:00		12:51-13:00								

Fonte: Questionário do SAEB (2015) para aluno do 5º Ano do E.F.

APÊNDICE II - Exemplo de uma página do Diário Pré-codificado com intervalos de 10 minutos

Onde? (Para a atividade principal)	Com quem? (Para a atividade principal) (Marque todas as situações que se aplica)		
	Outro lugar	Com pessoa (s) da família	Com pessoa (s) desconhecida (s)
1-Dormir			
2-Comer e beber			
3-Cuidado e higiene pessoal			
4-Trabalho remunerado (pago)			
5-Cuidados com a casa e com a família			
6-Assistindo aula da escola			
7-Dever de casa e outras tarefas da escola			
8-Cursos e estudos por conta própria			
9-Atividades religiosas			
10-Vida social e atividades culturais			
11-Exercício físico			
12-Jogos, brincadeiras e diversões			
13-Redes sociais			
14-TV, DVD, rádio e música			
15-Deslocamentos			
16-Outras atividades			
Em casa			
Na escola			
Outro lugar			
Sozinho			
Com pessoa (s) da família			
Com pessoa (s) conhecida (s)			
Com pessoa (s) desconhecida (s)			

Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

APÊNDICE III – Comparação Internacional das Médias de Usos do Tempo (total de horas por semana) para a população adulta (18-64 anos) em 9 países

Population aged 18 to 64 Hours per week	Oceania, North/South America				Central Europe				
	Australia	Brazil	Canada	USA	Belgium	France	Germany	Nethind	UK
Paid work (away from home)	26.1	25.8	28.7	28.6	18.8	22.1	20.4	18.7	23.0
Paid work at home	2.0	2.6	NA	1.6	1.1	1.3	1.2	1.1	2.1
Study and job or skill training	0.7	2.1	1.0	1.1	2.0	1.9	1.6	1.6	0.9
Homework	0.9	1.2	1.2	0.9	1.2	1.2	0.7	0.9	0.4
Commuting, job/study travel	3.2	5.8	3.0	2.5	3.2	2.8	3.0	2.8	3.2
Cooking and food related	6.1	5.0	4.7	3.5	5.8	6.0	4.9	6.4	6.0
All other housework/repairs, garden	7.2	6.2	8.9	7.8	8.8	7.9	8.4	7.1	6.9
Shop, service, other domestic	4.6	3.2	3.6	3.7	4.2	4.7	4.8	4.3	4.8
Housework/personal care travel	2.7	1.4	2.4	4.3	1.5	0.1	2.5	2.1	2.2
Physical/medical child care	2.2	1.4	1.9	2.0	1.3	1.9	1.3	2.1	2.3
Interactive/other child care	3.2	0.7	1.0	2.0	0.7	0.9	0.9	1.9	1.4
Child care-related travel	0.8	0.5	0.6	0.6	0.4	0.5	0.4	0.7	0.9
Pet care	0.6	0.1	0.5	0.4	0.4	0.6	0.4	1.2	0.4
Organisational/voluntary activity	1.3	3.2	3.2	3.6	0.8	1.3	2.2	3.2	1.5
Sleep and naps	58.7	56.4	58.4	58.6	58.3	61.1	57.3	59.5	58.8
Wash, dress, other personal care	6.2	7.2	4.5	5.6	5.1	5.0	6.1	6.1	5.4
Meals (at home / pack lunch)	6.7	7.1	6.8	5.8	11.0	12.4	10.9	9.0	8.8
Walking (including walking dogs)	0.7	0.7	0.6	0.5	1.8	1.9	1.9	NA	1.9
Sports and other exercises	1.9	0.9	2.5	1.6	1.5	1.1	1.6	1.8	1.3
Restaurants, bar, pub, café	1.3	2.6	2.3	1.8	1.5	3.2	0.8	1.9	1.1
Party, visits socialise away	2.2	2.4	1.5	0.5	4.4	3.2	4.6	8.2	5.3
Party, visits socialise at home	0.4	2.9	4.0	6.1	2.5	1.8	3.3	2.9	1.9
Leisure away from home	2.5	0.6	3.5	1.1	1.3	1.4	1.6	1.1	0.9
Other travel	2.0	2.0	1.0	2.2	5.0	3.6	4.2	3.0	3.3
Relax, do nothing	1.5	1.6	1.9	1.9	3.0	0.7	1.8	1.4	2.2
Computing/internet (games)	0.4	0.5	1.7	1.2	2.8	0.6	2.0	1.8	1.2
Television	12.3	14.3	13.6	15.4	15.4	13.2	12.1	8.1	15.6
Radio, Ipod, other audio	2.3	0.4	2.1	0.7	0.5	0.4	0.6	4.0	0.7
Read	2.2	0.7	0.2	1.9	2.5	2.2	3.9	3.7	2.5
Other leisure and hobbies	4.6	1.3	2.2	0.3	1.1	3.0	2.2	1.4	0.7
Unrecorded time	0.5	5.8	0.2	0.1	0.1	NA	0.4	0.0	0.4

Fonte: FISCHER, K. ROBINSON, J. Daily Life in 23 Countries. Social Indicators Research, n.101, p.295-304, 2011

APÊNDICE IV - Sistema de códigos e categorias para classificação das atividades registradas nos diários de usos do tempo das pesquisas de BH (2001) e de JF (2031/2015)

Códigos (1 dígito)	Categorias	Códigos (2 e 3 dígitos)	Categorias
0	cuidados pessoais	00	cuidados pessoais (não especificados)
		01	dormir
		02	comer e beber
		03	outros cuidados pessoais
1	atividades com rendimentos	10	atividades com rendimentos (não especificada)
		11	trabalho principal em atividade com rendimentos
		12	segundo trabalho em atividade com rendimentos
		13	atividades relacionadas ao trabalho com rendimentos
		911	deslocamento como participante trabalho principal
		912	deslocamento como participante segundo trabalho
2	estudos	20	atividades especificadas relacionadas estudo
		21	atividades relacionadas a estudo e/ou instituição de ensino
		22	estudo no tempo livre
3	cuidados com o domicílio e a família	30	cuidados com domicílio e a família (não especificados)
		31	manejo de alimentos
		32	manutenção do domicílio
		33	manufatura e cuidados com têxteis
		34	jardinação e cuidados com animais de estimação
		35	construção e consertos
		36	compras e serviços
		37	gerenciamento do domicílio
		38	cuidado de crianças (do domicílio)
		39	ajuda a um membro adulto da família
4	trabalho voluntário e reuniões	40	trabalho voluntário (não especificado)
		41	trabalho voluntário
		42	ajuda informal a outros domicílios
		43	atividades participativas (estúdios "atividades religiosas")
		44	atividades religiosas
5	vida social e atividades culturais	50	vida social e atividades culturais (não especificados)
		51	vida social
		52	atividades culturais
6	esportes e atividades ao ar livre	63	descanso (tempo sem atividade)
		60	esportes e atividades ao ar livre (não especificados)
		61	exercício físico
		62	exercícios produtivos
		63	atividades relacionadas a esportes
7	hobbies e jogos	70	hobbies e jogos (não especificados)
		71	artes
		72	hobbies
		73	jogos
8	meios de comunicação de massa	80	uso de meios de comunicação de massa (não especificados)
		81	leitura
		82	televisão e vídeo
		83	rádio e música
9	deslocamentos	900	deslocamento (objetivo não especificado)
		901	deslocamento relacionado a cuidados pessoais
		913	deslocamento desce para trabalho com rendimentos
		921	deslocamento para/de instituição de ensino
		922	deslocamento relacionado a estudos no tempo livre
		931	deslocamento relacionado a cuidados com domicílio
		936	deslocamento relacionado a compras, serviços e gerenciamento do domicílio
		938	Transporte de criança
		939	Transporte de um adulto do domicílio
		941	deslocamento relacionado ao trabalho organizacional
		942	deslocamento relacionado a ajuda informal a outros domicílios
		943	deslocamento relacionado a atividades participativas
		951	deslocamento relacionado a vida social e atividade culturais
		952	deslocamento relacionado a atividades culturais
		961	deslocamento relacionado a esportes e atividades ao ar livre
		971	deslocamento relacionado a hobbies
99	NR*	995	preenchimento do diário
99	NR	999	Uso do tempo não especificado

* tempo sem registro no diário, informações insuficientes para codificação ou gasto preenchendo próprio diário de usos do tempo. Fonte: NEUBERT (2011).

APÊNDICE V - Exemplo de uma página de diário de uso do tempo (Pós-codificado com intervalos de 10 min.) preenchida por um aluno

Hora	O que você está fazendo? (Atividade principal)	Hora	Onde?			Com quem?			
			Em casa	Na escola	Outro lugar	Sózinho (s)	Com pessoas da família	Com pessoas conhecidas	Com pessoas desconhecidas
10:01-10:10	Assistindo Aula	10:01-10:10		X				X	
10:11-10:20		10:11-10:20							
10:21-10:30		10:21-10:30							
10:31-10:40		10:31-10:40							
10:41-10:50		10:41-10:50							
10:51-11:00	voltando para minha casa	10:51-11:00							
11:01-11:10		11:01-11:10							
11:11-11:20		11:11-11:20							
11:21-11:30		11:21-11:30			X				X
11:31-11:40		11:31-11:40							
11:41-11:50	Almoçando	11:41-11:50							
11:51-12:00		11:51-12:00							
12:01-12:10		12:01-12:10		X				X	
12:11-12:20		12:11-12:20							
12:21-12:30		12:21-12:30							
12:31-12:40	assistindo TV	12:31-12:40	X					X	
12:41-12:50		12:41-12:50							
12:51-13:00		12:51-13:00							

Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

APÊNDICE VI - Exemplo de uma página de diário de uso do tempo (Pré-codificado com intervalos de 10 min.) preenchida por um aluno

Onde? (Para a atividade principal) (Marque todas as situações que se aplicam)	Com quem? (Para a atividade principal) (Marque todas as situações que se aplicam)	
	Com pessoa(s) conhecida(s)	Com pessoa(s) desconhecida(s)
1-Dormir	Em casa	Com pessoa(s) conhecida(s)
2-Comer e beber	Em casa	Com pessoa(s) conhecida(s)
3-Cuidado e higiene pessoal	Em casa	Com pessoa(s) conhecida(s)
4-Trabalho remunerado (pago)	Em casa	Com pessoa(s) conhecida(s)
5-Cuidado com a casa e com a família	Em casa	Com pessoa(s) conhecida(s)
6-Assistindo aula da escola	Na escola	Com pessoa(s) conhecida(s)
7-Dever de casa e outras tarefas da escola	Em casa	Com pessoa(s) conhecida(s)
8-Cursos e estudos por conta própria	Em casa	Com pessoa(s) conhecida(s)
9-Atividades religiosas	Em casa	Com pessoa(s) conhecida(s)
10-Vida social e atividades culturais	Em casa	Com pessoa(s) conhecida(s)
11-Exercício físico	Em casa	Com pessoa(s) conhecida(s)
12-Jogos, brincadeiras e diversões	Em casa	Com pessoa(s) conhecida(s)
13-Redes sociais	Em casa	Com pessoa(s) conhecida(s)
14-TV, DVD, rádio e música	Em casa	Com pessoa(s) conhecida(s)
15-Deslocamentos	Em casa	Com pessoa(s) conhecida(s)
16-Outras atividades	Em casa	Com pessoa(s) conhecida(s)

Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

APÊNDICE VII - Exemplo de uma página de diário de uso do tempo (Pós-codificado com intervalos de 10 min.) codificada pela equipe da pesquisa

O que você está fazendo? (atividade principal)		Hora	Onde?			Com quem?			
Hora			Em casa	Na escola	Outro lugar	Sózinho (s)	Com pessoas da família	Com pessoas conhecidas	Com pessoas desconhecidas
10:01-10:10	Assistindo Aula (211)	10:01-10:10		2				3	
10:11-10:20		10:11-10:20							
10:21-10:30		10:21-10:30							
10:31-10:40		10:31-10:40							
10:41-10:50		10:41-10:50							
10:51-11:00		10:51-11:00							
11:01-11:10		11:01-11:10							
11:11-11:20		11:11-11:20							
11:21-11:30		11:21-11:30							
11:31-11:40		(921) voltando para minha casa	11:31-11:40			3			
11:41-11:50	Almoçando (021)	11:41-11:50							
11:51-12:00		11:51-12:00							
12:01-12:10		12:01-12:10		1				2	
12:11-12:20	(821) assistindo TV	12:11-12:20							
12:21-12:30		12:21-12:30		1					
12:31-12:40		12:31-12:40		1					
12:41-12:50		12:41-12:50							
12:51-13:00		12:51-13:00							

Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015)

APÊNDICE VIII - Exemplo de uma página de diário de uso do tempo (Pré-codificado com intervalos de 10 min.) codificada pela equipe da pesquisa

Onde? (Para a atividade principal) (Marque todas as situações que se aplicam)	Com quem? (Para a atividade principal) (Marque todas as situações que se aplicam)	
	Com pessoa(s) conhecida(s)	Com pessoa(s) desconhecida(s)
Em casa		
Na escola		
Outro lugar		
Sozinho		
16- Outras atividades		
15- Deslocamentos		
14- TV, DVD, rádio e música		
13- Redes sociais		
12- Jogos, brincadeiras e diversões		
11- Exercício físico		
10- Vida social e atividades culturais		
9- Atividades religiosas		
8- Cursos e estudos por conta própria		
7- Dever de casa e outras tarefas da escola		
6- Assistindo aula da escola		
5- Cuidados com a casa e com a família		
4- Trabalho remunerado (pago)		
3- Comer e beber		
1- Dormir		

Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

APÊNDICE IX - Banco de episódios de usos do tempo (eixos verticais) X alunos (eixos horizontais)

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
ID1	ID2	ID3	ID4	DIA	EPISÓDIO	HORA INIC	ATIVIDADE	HORA FIM	ONDE?	COM QUEM?
1	1	5	A	TER	1	00:00	011	05:30	1	2
3	1	5	A	TER	2	05:31	031	05:40	9	9
4	1	5	A	TER	3	05:41	021	05:50	1	3
5	1	5	A	TER	4	05:51	921	06:50	3	9
6	1	5	A	TER	5	06:51	921	07:00	9	9
7	1	5	A	TER	6	07:01	211	09:00	2	3
8	1	5	A	TER	7	09:01	211	10:00	2	3
9	1	5	A	TER	8	10:01	211	11:20	2	3
10	1	5	A	TER	9	10:21	921	12:20	3	1
11	1	5	A	TER	10	12:21	921	12:30	1	2
12	1	5	A	TER	11	12:31	021	12:50	9	2
13	1	5	A	TER	12	12:51	219	13:00	1	2
14	1	5	A	TER	13	13:01	221	14:10	1	2
15	1	5	A	TER	14	14:11	021	14:20	1	2
16	1	5	A	TER	15	14:21	733	16:00	1	1
17	1	5	A	TER	16	16:01	732	18:00	1	2
18	1	5	A	TER	17	18:01	951	18:20	3	1
19	1	5	A	TER	18	18:21	512	20:30	3	3
20	1	5	A	TER	19	20:31	951	20:50	9	1
21	1	5	A	TER	20	20:51	951	21:00	1	9
22	1	5	A	TER	21	21:01	031	21:10	1	2
23	1	5	A	TER	22	21:11	031	21:20	1	2
24	1	5	A	TER	23	21:21	021	21:30	1	2

Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

APÊNDICE X - Banco das categorias de usos do tempo (eixos verticais) X alunos (eixos horizontais)

	ID1	ID2	ID3	ID4	IP1	IP2	IP3A	PROFIC_LP	PROFIC_MAT	cupessoasSEM	trabremsSEM	EstudoTotalSEM	trabdomesSEM	comunnmassSEM	exerciscSEM	hobbiesg
1	1	1	5 A	1	169,9	178,1	1	189,9	178,1	630	0	0	340	0	0	0
2	1	2	5 B	2	152,9	187,1	2	152,9	187,1	710	0	0	280	20	260	0
3	1	3	9 B	2	258,7	280,3	1	258,7	280,3	680	0	0	170	170	280	0
4	1	4	5 A	1	202,7	240,3	3	202,7	240,3	610	0	0	210	80	240	110
5	1	5	5 B	2	192,1	166,3	3	192,1	166,3	830	0	0	210	30	130	0
6	1	7	5 A	2	232,1	170,5	2	232,1	170,5	520	0	0	240	10	620	0
7	1	8	5 B	1	187,8	200,6	1	187,8	200,6	700	0	0	0	0	320	130
8	1	10	5 A	2	194,3	157,7	1	194,3	157,7	840	0	0	280	0	80	0
9	1	11	5 A	2	189,2	134,6	3	189,2	134,6	0	0	0	310	0	0	0
10	1	12	9 B	2	266,1	233,2	3	266,1	233,2	640	0	0	230	160	190	0
11	1	13	9 B	2	284,1	249,3	3	284,1	249,3	570	0	0	290	50	260	0
12	1	14	9 A	2	246,9	297,5	1	246,9	297,5	600	0	0	230	120	180	0
13	1	15	5 B	1	181,9	177,1	1	181,9	177,1	530	0	0	250	0	210	0
14	1	18	5 A	2	134,8	108,4	1	134,8	108,4	820	0	0	0	60	100	0
15	1	19	5 A	1	287,9	270,2	3	287,9	270,2	590	0	0	220	0	190	60
16	1	21	5 A	1	235,6	176,2	4	235,6	176,2	570	0	0	370	30	30	0
17	1	22	9 B	1	163,9	225,5	2	163,9	225,5	500	380	0	260	0	60	0
18	1	23	5 A	1	262,9	360,2	1	262,9	360,2	570	0	0	50	140	260	40
19	1	24	9 B	1	215,4	212,3	1	215,4	212,3	810	0	0	330	0	250	0
20	1	25	5 B	1	176,7	208,2	3	176,7	208,2	610	0	0	360	0	40	0
21	1	27	9 A	1	219,5	234,1	1	219,5	234,1	610	0	0	350	0	450	0
22	1	28	5 A	1	287,1	271,1	3	287,1	271,1	660	0	0	200	60	340	310
23	1	30	5 A	2	190,2	205,5	2	190,2	205,5	510	0	0	190	90	450	0

Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015).

APÊNDICE XI - Banco das características socioeconômicas (eixos verticais) X alunos (eixos horizontais)

	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
	ID2	ID3	ID4	IP1	IP2	IP3A	IP3B	IP4	IP5	IP6A	IP6B	IP7/IP8A	IP8B	
1		5	C	1	24/07/2002	1	NA	JUIZ DE FORA	4	2	NA	1	2	NA
2	1	5	A	1	24/03/2002	1	NA	JUIZ DE FORA	1	2	NA	2	2	NA
3	1	5	A	1	24/03/2002	1	NA	JUIZ DE FORA	NR	NR	NR	NR	NR	NR
4	2	9	C	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR
5	2	5	B	2	28/06/2003	2	NA	JUIZ DE FORA	3	2	NA	1	2	NA
6	3	5	B	1	16/03/2000	3	NA	JUIZ DE FORA	3	2	NA	2	2	NA
7	3	9	B	2	29/03/1998	1	NA	JUIZ DE FORA	10	2	NA	1	2	NA
8	4	5	A	1	11/03/2003	3	NA	CORONEL PACHECO	6	2	NA	1	2	NA
9	4	9	C	2	15/10/1998	3	NA	JUIZ DE FORA	9	NR	NA	1	2	NA
10	5	5	A	1	03/08/2003	5	NA	JUIZ DE FORA	2	2	NA	1	2	NA
11	5	5	B	2	06/04/2003	1	NA	JUIZ DE FORA	5	2	NA	1	2	BOLSA FAMILIA
12	6	5	A	2	24/05/2003	3	NA	JUIZ DE FORA	5	2	NA	1	2	NA
13	7	5	C	2	05/02/2003	1	NA	JUIZ DE FORA	3	2	NA	1	2	NA
14	7	5	A	2	31/03/2003	2	NA	LEOPOLDINA	1	2	NA	2	2	NA
15	8	5	B	1	09/11/2001	1	NA	JUIZ DE FORA	9	2	NA	1	2	NA
16	8	9	A	2	14/03/1999	3	NA	JUIZ DE FORA	1	2	NA	1	2	NA
17	9	5	A	2	26/12/2002	6	MORENA	JUIZ DE FORA	3	2	NA	1	2	NA
18	10	5	A	2	26/11/2002	1	NA	JUIZ DE FORA	5	2	NA	1	2	NA
19	11	9	B	1	20/10/1997	3	NA	JUIZ DE FORA	12	2	NA	1	1	BOLSA FAMILIA
20	11	5	A	2	31/08/2002	3	NA	JUIZ DE FORA	9	2	NA	2	1	PROIETO MAIS EDUCACAO
21	11	9	A	1	18/06/1999	2	NA	JUIZ DE FORA	8	2	NA	1	2	NA
22	12	9	C	2	12/07/1998	2	NA	JUIZ DE FORA	5	2	NA	1	2	NA
23	12	9	B	2	29/03/1999	3	NA	JUIZ DE FORA	5	2	NA	1	2	NA
24	13	5	A	1	26/08/2002	3	NA	JUIZ DE FORA	5	2	NA	2	2	NA

Fonte: Pesquisa Educação e Usos do Tempo em Juiz de Fora (2013/2015)

ANEXO I - Exemplos de questões da PNAD/IBGE (2013) sobre horas trabalhadas e sobre horas dedicadas aos afazeres domésticos por semana

HORAS TRABALHADAS NO TRABALHO PRINCIPAL	
58	Quantas horas ____ trabalhava normalmente por semana nesse trabalho? 9058 [] [] (Horas) (siga 59)
AFAZERES DOMÉSTICOS	
121a	Quantas horas ____ dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos? 9921 [] [] Horas (siga 122)

Fonte: Questionário da PNAD/IBGE (2013).

ANEXO II - Exemplo de questões do SAEB sobre frequência das atividades cotidianas

Com qual frequência você lê:	Sempre ou quase sempre.	De vez em quando.	Nunca ou quase nunca.
32. Jornais.	(A)	(B)	(C)
33. Livros.	(A)	(B)	(C)
34. Revistas em geral.	(A)	(B)	(C)
35. Revistas em quadrinhos (gibis).	(A)	(B)	(C)
36. Notícias na <i>internet</i> (ex.: blog, notícia).	(A)	(B)	(C)
Com qual frequência você costuma ir à/ao:	Sempre ou quase sempre.	De vez em quando.	Nunca ou quase nunca.
37. Biblioteca.	(A)	(B)	(C)
38. Cinema.	(A)	(B)	(C)
39. Espetáculo ou exposição (teatro, museu, dança ou música).	(A)	(B)	(C)

Fonte: Questionário do SAEB (2015) para aluno do 5º Ano do E.F.

ANEXO III - Exemplo de questões de uso do tempo como variável do tipo categórica no questionário do SAEB

40. Em dias de aula, quanto tempo você gasta assistindo à TV, navegando na internet ou jogando jogos eletrônicos?

- (A) Menos de 1 hora.
- (B) Entre 1 e 2 horas.
- (C) Mais de 2 horas, até 3 horas.
- (D) Mais de 3 horas.
- (E) Não vejo TV, não navego na internet e não jogo jogos eletrônicos.

41. Em dias de aula, quanto tempo você gasta fazendo trabalhos domésticos (ex.: lavando louça, limpando o quintal etc.)?

- (A) Menos de 1 hora.
- (B) Entre 1 e 2 horas.
- (C) Mais de 2 horas, até 3 horas.
- (D) Mais de 3 horas.
- (E) Não faço trabalhos domésticos.

Fonte: Questionário do SAEB (2015) para aluno do 5º Ano do E.F.

Sobre o grupo de pesquisa e os autores

O Grupo de pesquisas em “Equidade, políticas, financiamento da educação pública” foi criado em 2009 como parte da então Unidade de Pesquisa do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) e em consonância com a linha de pesquisa “Equidade, políticas e financiamento da educação pública” do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora. Cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o grupo se dedica principalmente aos seguintes objetos: Desenvolvimento, rendimento e qualidade da educação; Desigualdades sociais, estratificação e mobilidade; Usos do tempo; Epistemologia, métodos, desenho e modelos de análise; Políticas Públicas e educacionais; Sociologia contemporânea e da educação, Teoria Social e interpretações do Brasil.

Email: observatorioedu@caed.ufjf.br

Endereço eletrônico: <http://www.pesquisa.caedufjf.net/>

CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8392620081776355>

Organizadores/Autores

LUIZ FLÁVIO NEUBERT

Doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduado em Ciências Sociais pela mesma instituição. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, membro dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF, além de pesquisador do Grupo de Pesquisa “Equidade, Políticas, Financiamento da Educação Pública”. Email: luiz.neubert@ufjf.br

FERNANDO TAVARES JÚNIOR

Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ-2007), além de graduado em Psicologia e Pedagogia, é hoje Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora e membro dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF. Coordenador de Projetos no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) e do Grupo de Pesquisas em “Equidade, políticas, financiamento da educação pública”.

Email: ftavares@caed.ufjf.br

MAURÍCIO DE SOUZA MACIEL

Bacharel em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora.
Bolsista do projeto "Determinantes do Sucesso Educacional no Brasil".
Email: mano.ex1@gmail.com

EDUCAÇÃO E O USO do tempo

Série Gestão e Avaliação da Educação Pública



O conhecimento do cotidiano com auxílio da técnica de pesquisa de uso do tempo corresponde a um passo fundamental na direção de uma compreensão mais profunda da realidade oculta e banalizada das escolas brasileiras. Aliada à discussão sobre o desempenho acadêmico dos alunos e a inevitável triangulação entre os fatores associados à escola, à família e ao esforço individual do discente, é possível dissecar, com maior precisão, os processos sociais de produção e reprodução das desigualdades. Este trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil. O fomento, proporcionado ao Projeto “Determinantes do Sucesso Educacional no Brasil”, foi o que tornou possível a realização da pesquisa de campo e a construção desta obra. Tal iniciativa incitou não somente a produção acadêmica como, também, a formação de alunos de graduação, pós-graduação e profissionais que atuam na educação básica da rede pública de ensino brasileiro.